



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASIL
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOSÉ MENDES

**FILOSOFIA BANTU:
A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

JOSÉ MENDES

**FILOSOFIA BANTU:
A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Cléber Daniel Lambert Da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M491f

Mendes, José.

Filosofia Bantu : a problemática da relação entre humanos e não-humanos / José Mendes. -
2021.

57 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Cléber Daniel Lambert da Silva.

1. Antropocentrismo. 2. Filosofia africana. 3. Filosofia Bantu. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 199.6

JOSÉ MENDES

FILOSOFIA BANTU:

A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS

Monografia da Conclusão de Curso apresentada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA

Cléber Daniel Lambert da Silva – Orientador

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho aos meus pais, aos meus irmãos, às minhas irmãs, aos amigos, às minhas amigas e a todos que de forma direta ou indireta apoiaram-me na realização desta investigação. Reitero-me, gratidão a todos!

AGRADECIMENTOS

Meus extensivos agradecimentos ao SENHOR JESUS CRISTO – O todo poderoso, por ter-me dado, saúde, força, alegria e vontade na realização desta investigação acadêmica;

Ao CNPq – órgão que financiou esta pesquisa;

Ao caríssimo e ilustre professor – orientador – Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva, por ter-me apoiado na materialização/realização desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a contribuição da filosofia africana, especialmente a Bantu/Ubuntu, para pensar a relação do homem com o meio ambiente. Para isso, num primeiro momento, propomos expor de maneira preliminar e não exaustiva diferentes entendimentos acerca da noção de Natureza em alguns dos principais pensadores da tradição ocidental, bem como sua repercussão para pensar o meio ambiente e compreender a crise ecológica na atualidade. Num segundo momento, trata-se de analisar a relação entre humanos e não-humanos nas filosofias Bantu e Ubuntu, apresentando sobretudo seus suportes básicos no que se refere ao equilíbrio cósmico. Partindo da hipótese de que a tradição ocidental, apesar de sua diversidade, tem como principal característica o antropocentrismo, um dos fundamentos, embora não o único, da crise ambiental na atualidade, buscaremos mostrar como a filosofia bantu/ubuntu, sobretudo a partir de M. Ramose e de L. Le Grange, pode contribuir para uma compreensão mais equilibrada do homem com o meio ambiente e, nesse sentido, dialogar com perspectivas críticas na própria tradição ocidental, como a de G. Deleuze e F. Guattari com as noções de rizoma e de ecosofia. Para possibilitar a realização desta pesquisa foi necessário proceder à metodologia – abordagem bibliográfica com base no levantamento de textos escritos por filósofos ocidentais, africanos e, entre outros. Assim, a partir dos pensamentos dos autores que se segue: Tempels, Ramose e Le Grange, consideramos a contribuição da filosofia Bantu/ubuntu, assim como a ação ética a partir da ecologia rizomática, como caminhos indispensáveis que, de fato, podem conduzir a humanidade à luz da reconstrução do equilíbrio cósmico.

Palavras-chave: Antropocentrismo. Filosofia africana. Filosofia Bantu.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the contribution of African philosophy, especially Bantu/Ubuntu, to think about the relationship between man and the environment. For that, at firstly, we propose to expose, in a preliminary and non-exhaustive way, different understandings about the notion of Nature in some of the main thinkers of the Western tradition, as well as its repercussion for thinking about the environment and understanding the ecological crisis today. Secondly, it is about analyzing the relationship between humans and non-humans in the Bantu and Ubuntu philosophies, mainly presenting their basic supports with regard to cosmic balanced. Departing on the hypothesis that the Western tradition, despite its diversity, has anthropocentrism as its main characteristic, one of the foundations, although not the only one, of the current environmental crisis, we will seek to show how the Bantu/ubuntu philosophy, especially from M Ramose and L. Le Grange can contribute to a more balanced understanding of man and the environment and, in this sense, dialogue with critical perspectives in the Western tradition itself, such as G. Deleuze and F. Guattari with the notions of rhizome and echosophy. To make this research possible, it was necessary to proceed with the bibliographical approach methodology –based on revising the texts written by Western, African and, among others philosophers. Thus, based on the thoughts of the following authors: Tempels, Ramose and Le Grange, we consider the contribution of the Bantu/ubuntu philosophy, as well as the ethical action from the rhizomatic ecology, as indispensable paths that, in fact, can lead the humanity to light of the reconstruction of cosmic balance.

Keywords: Anthropocentrism. African philosophy. Bantu Philosophy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA: DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE	14
2.1 UMA RELEITURA DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS EM RELAÇÃO À NOÇÃO DA NATUREZA/MEIO AMBIENTE	15
2.2 O PENSAMENTO ECOLÓGICO COM BASE NA ÉTICA	19
2.3 O VIVER ÉTICO COM BASE NA JUSTIÇA E NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26
2.4 A COMPLEXIDADE DA NATUREZA	30
3 FILOSOFIA BANTU: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA DO EQUILÍBRIO CÓSMICO	32
3.1 O SISTEMA ONTOLÓGICO BANTU SEGUNDO TEMPELS	34
3.1.1 O SER COMO UMA ENTIDADE EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO	34
3.1.2 O PRINCÍPIO VITAL	34
3.1.3 FORTALECIMENTO E ENFRAQUECIMENTO DAS FORÇAS E SUAS RELAÇÕES	38
3.1.4 HIERARQUIA DAS FORÇAS	39
3.2 A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA BANTU/UBUNTU NA MESA DA CIVILIZAÇÃO HUMANA	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa de iniciação científica – desenvolvida no quadro de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades –, projeto “Geofilosofia” sob tema Filosofia Bantu: a problemática da relação entre humanos e não-humanos, sob a coordenação do professor Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva. Ressaltando que, ao longo desses encontros, mediante os quais, fizeram nascer em mim o interesse de pesquisar sobre a concepção da Natureza/meio ambiente nas tradições filosóficas: Ocidental e Bantu. Nesta pesquisa, a partir das concepções filosóficas, da antiguidade grega à contemporaneidade, com foco na filosofia Bantu, discutiremos, de um lado, questões ligadas às relações inter-humana e, por outro, relação entre seres – humano e não-humano. Assim, o presente trabalho será guiado em direção ao resgate do outro saber, outrora, negado como tal pelo Ocidente. Com efeito, não há conhecimento absoluto, único, mas sim, há um conhecimento entre outros, mediante o qual os homens interpretam de forma diferente, os fenômenos da natureza que os rodeiam. Pois, ser diferente em quaisquer aspectos, ou seja, ter diferentes pontos de vista sobre uma realidade não é necessariamente estar errado. E ainda, a presente pesquisa, propõe a busca por saber de que maneira essas concepções filosóficas (Ocidental e Bantu) poderão contribuir de uma forma harmônica, rumo a construção de um mundo mais dinâmico e reequilibrado, em que cada um de nós saberá reconhecer e considerar outros conhecimentos como tais.

É importante refletir/pensar, por um lado, sobre a crise ambiental que assola o mundo. Partiremos das filosofias: Ocidental e Bantu no que concerne aos seus diferentes modos de entender e de interpretar os fenômenos que os rodeiam. Esta temática nos possibilitará um olhar em direção à compreensão do mundo e da Natureza, a partir de diferentes concepções e, não a partir de uma só concepção, como muitos pensam. Em termos gerais, fazemos o uso do termo concepção para nos referirmos a ideia da visão do mundo implicadas nestas diferentes tradições, por outras palavras, aos seres que compõem o mundo como também as relações entre eles.

É evidente que não há uma única forma de pensar e de interpretar o ser/mundo para toda sociedade humana, ou seja, não existe só uma verdade/realidade, mas existem várias realidades que a humanidade constrói e conserva ao longo da sua história. Com efeito, temos o interesse em compreender como se dá a relação entre as duas dimensões: humana e não-humana, nessas tradições.

Assim, vale a pena enfatizar o conceito da verdade, segundo Ramose (1999, p.10) “[...] a verdade é simultaneamente participativa e interativa. É percepção ativa, contínua e sagaz que leva à ação. Como tal, é distintamente relativa e não absoluta.” Diante dessa lógica Ramosiana da verdade, compreende-se que a verdade não é algo imutável ou cabal, o que implica dizer que, a exemplo, a forma pela qual a filosofia Ocidental concebe o cosmos, é diferente da maneira que a filosofia Bantu o concebe. Desse modo, ela (verdade) está em permanente transmutação, no tempo e no espaço.

O presente trabalho tem por objetivo compreender, conhecer e expor a ideia da Natureza na tradição filosófica Ocidental, para, a partir disso, trazer a contribuição da filosofia africana, especialmente Bantu. Ademais, partindo de um ponto em particular, a saber, a relação inter-humana e com a Natureza, ou seja, a relação entre a dimensão humana e não-humana, e, conseqüentemente, apresentar seus suportes básicos no que concerne ao equilíbrio cósmico. Segundo Aristóteles, nas palavras do Marcondes (2006), o equilíbrio corresponde à relação saudável entre seres humanos e não-humanos, por exemplo, ou melhor, ele é ausência de ação de anulabilidade entre seres que partilham o mesmo cosmos. Além disso, o equilíbrio é justamente a negação dos “excessos e deficiências”, portanto, ele é a harmonia ou estabilidade entre diferentes seres que compõem o mundo. Para possibilitar a realização desta pesquisa e alcançar os objetivos, foi necessário proceder à metodologia – abordagem bibliográfica com base nos textos escritos por filósofos ocidentais, africanos e, entre outros. É evidentemente que a construção de um cosmo equilibrado, certamente, teria muito a ganhar com uma compreensão das relações entre os diferentes seres e dimensões da realidade que foi chamada por Félix Guattari de Ecosofia.

A monografia está estruturada em dois capítulos, dividindo-se em subtítulos. No primeiro, trata-se de compreender as diferentes ideias ou concepções da Natureza concebidas por distintos filósofos que marcam diferentes tradições. Além disso, será abordada a problemática da crise ambiental que assola o mundo. Visto que ela é um fenômeno vigente e que está cada vez mais a deteriorar em razão da exploração excessiva e irracional dos recursos naturais como as florestas, por exemplo. Então, discutiremos as questões ligadas ao meio ambiente e a natureza, com base nas reflexões filosóficas desde antiguidade. Ademais, vincular a nossa reflexão a perspectiva ecosófica de Guattari, sendo que a sua exposição ecosófica, permite-nos compreender as relações nas quais todos sujeitos, sem exceção, estão, de certa maneira, interligados. Eis os sujeitos: atuante (humano), passivo (não-humano), ou seja, todos os seres que não fazem parte da categoria humana, a exemplo: o meio ambiente, animal entre outros.

Outrossim, foi necessário viajar pelo tempo, resgatando assim, as perspectivas filosóficas da tradição Ocidental no que concerne a relação humana e ambiental. Posto que o mundo está se esgotando cada vez mais, caso não forem tomadas medidas justas que é para reverter a situação de profunda desestruturação relacional entre seres humanos e não-humanos, acabar-nos-emos de extinguir outros seres, inclusive a nós mesmos. Portanto, consideramos as concepções dos filósofos da tradição como viáveis para o não esgotamento de relações cósmicas. Em outras palavras, o filosofar dos filósofos da tradição grega, traz-nos uma reflexão sobre nossa conduta com relação a natureza e, apontando caminhos para reequilibrar o cosmos. Por outras palavras, é pouco provável que haja, em relação à natureza, unanimidade de pontos de vista entre antigos gregos e nós, hoje. A maneira como os gregos viam a natureza tinha alguma relação com a maneira como nós a vemos hoje. O objetivo é, ao contrário, compreender como as diferentes leituras que as tradições gregas antiga e ocidental ofereceram sobre a natureza. A finalidade dessa releitura é iluminar a problemática do meio ambiente hoje, no sentido de compreendermos que a forma de se entender a natureza é mais ampla do que pode parecer, do que o senso comum acredita.

Dessa forma, é importante deixar claro a noção do meio ambiente que não estava presente na tradição filosófica Ocidental, da antiguidade à modernidade, a noção do meio ambiente é contemporânea. É evidente que o foco nessa tradição Ocidental centralizou-se na questão da Natureza. Ou seja, a sua reflexão girava em torno da Natureza. Assim, para compreender a problemática do meio ambiente, de hoje, faz-se necessário termos o entendimento histórico do conceito da Natureza e a sua transformação ao longo do tempo.

Efetivamente que, em geral, o conceito da Natureza foi pensado, na tradição filosófica Ocidental, nomeadamente na antiguidade grega, como um elemento constitutivo da realidade, por outras palavras, ela era entendida como causa primeira, o princípio do qual tudo se origina. Obviamente que, cada filósofo da tradição filosófica Ocidental, concebe a natureza de uma maneira particular, diferente dos outros. Assim, entre vários pensadores, se preferir, filósofos da antiguidade grega, Marcondes, (2001) narra a concepção da natureza a partir das perspectivas de dois grandes filósofos Ocidentais, dessa forma, para Tales de Mileto, a ÁGUA é o princípio fundante da qual toda a existência se deriva. Enquanto que Anaxímenes de Mileto considera o AR como o princípio explicativo da realidade. Partindo da idade Antiga, Média e Moderna, devido ao escopo desta pesquisa, trata-se de uma leitura não exaustiva pois todas as mudanças ocorridas nos ajudam a compreender melhor a atual situação do meio ambiente na contemporaneidade.

O meio ambiente engloba todo o mundo físico e artificial. Ou seja, é a realidade incriada, por um lado, e por outro, criada. Assim, em conformidade com José Afonso da Silva, lê-se o seguinte:

O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais. (DA SILVA, 2000 apud DIAS E MARQUES, 2011, p. 2).

No segundo capítulo e último, será apresentada uma análise filosófico-conceitual do pensamento do povo Bantu, tendo como base a obra de Placide Tempels –, *Filosofia Bantu*. Na sequência apresenta-se o SER como fruto de uma longa construção cujo processo é infinito. Dito de forma mais simples, o viver já é o ato de construir-se e de reconstruir-se como o SER, que é para, justamente, adequar a um viver pleno que, nada mais é do que harmonizar-se com todos seres humanos e não-humanos, em específico, e, com o cosmo em geral. Apresentaremos o filosofar Bantu como uma ação cabível e necessária para atenuar a desarmonia cósmica que se vive hoje, essa que, suas consequências se fazem sentir em diferentes ambientes, seja social, econômico, por exemplo. Além disso, observa-se que o mundo necessita de pensamentos outros. Ou seja, o reequilíbrio cósmico precisa, com certeza, de uma política analítica e inclusiva, sendo pautada no reconhecimento de outras concepções como tais. Assim, a filosofia Bantu é uma das que precisa ser compreendida a partir de si mesma. Portanto, a sua compreensão contribuirá para o reequilíbrio cósmico, e possibilitará que a humanidade ganhe mais potência, no tocante a coerência e a consistência, (relação intrapessoal). Na sequência deste segundo capítulo, a partir do pensamento do filósofo Mogobe B. Ramose, discorreremos sobre a contribuição da filosofia Ubuntu/Bantu na mesa da civilização humana, com especial atenção, no contexto das relações inter-humanas. Além disso, a partir de Lesley Le Grange, abordaremos sobre de que maneira se deu o desequilíbrio cósmico. Então, a partir daí, apontar possíveis caminhos para contornar o desequilíbrio cósmico e, conseqüentemente, para reequilibra-lo.

Por fim, faremos considerações finais, como se sabe, o mundo tem vivido períodos difíceis, estes resultantes de comportamentos como (desmatamento florestal abusivo, exploração irracional dos recursos minerais). Essas atrocidades beneficiam uma pequena parcela da população em geral, por outro lado, tudo isso acarreta conseqüências graves para o bem do cosmos.

Dessa forma, propomos lançar a luz sobre um dos principais aspectos que direcionam o ser humano a comportar-se de modo irracional (o desconhecimento e a ignorância). Sendo que a vigência/permanência dos aspectos ora mencionados provocam vários desequilíbrios, como por exemplo, seca, fome, etc... (consequências negativas), em distintas esferas de relações, seja na relação humana ou não-humana. Tendo em vista os aspetos observados, faz-se necessário, com certeza, pensar racionalmente antes da tomada de qualquer decisão, nos mais distintos campos de ação e de reflexão que envolvem a vida humana (política, economia, educação, etc.) Em outras palavras, refletir antecipadamente e de maneira consciente sobre as possíveis consequências que alguns comportamentos e decisões, como a de explorar de forma exagerada os recursos naturais. Esses fatos acarretam graves riscos à vida humana, não-humana e do planeta terra, em geral.

Portanto, uma reflexão consciente dos impactos que podem advir da ação inadequada sobre outros seres, pode ser um dos caminhos para evitar o arrependimento tardio de qualquer ação, e, conseqüentemente, livrar-se do pior desequilíbrio cósmico. Em suma, as leituras, a partir do diálogo com o pensamento Bantu, de fato, contribuirão para essa reflexão contida na monografia, curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

2 A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA: DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE

A Natureza compreende tudo o que há no Mundo, em outras palavras, ela diz respeito à totalidade da existência sem qualquer exceção. Portanto, é toda realidade não criada pelo homem, do ponto de vista científico, seres humanos e não-humanos. Assim, no plano da existência, toda e qualquer espécie inerente a Natureza tem em si um propósito. Evidentemente, a ideia que fazemos da natureza não é exatamente a mesma conforme adotamos diferentes perspectivas teóricas e filosóficas, como por exemplo, as noções de natureza encontradas nos pensamentos antigos da Grécia ou a ideia da natureza elaborada pelo pensamento científico moderno. Assim, por exemplo, sobre a concepção da natureza elaborada por Aristóteles, Marcondes afirma que:

Aristóteles concebe a natureza como dotada de uma finalidade, um *telos*, considerando o ser humano como parte da natureza. Essa finalidade consiste em que cada coisa que pertence à natureza deve realizar o seu potencial; por exemplo, uma semente se transforma em árvore, um ser humano busca realizar-se plenamente em sua vida e em suas atividades. (MARCONDES, 2006, p. 34-35).

No entanto, seja qual for a concepção de natureza em questão, percebe-se que o homem vive a contrariar os princípios naturais segundo os quais, cada espécie seja humana ou não tem seus valores determinados pela natureza. Pois, a natureza possui princípios que regem relações entre seres existentes. Certamente, a negação desses valores inerentes a outros seres, levou o homem a acreditar que é da sua exclusividade atribuir valores a outras categorias naturais como as árvores, mediante a sua transformação em materiais como mesas etc. O que leva a uma redução de árvores a uma mera noção de matéria prima para manufatura de objetos úteis, prontos para o consumo, providos de um valor simplesmente monetário, o que é errado acreditar! Pois, o homem está cada vez mais a dominar o meio ambiente através das suas políticas de exploração descontrolada. Trata-se de transformar o meio ambiente em um mero objeto de satisfação dos seus incessantes desejos –, viver luxuosamente. Por consequência, assistimos catástrofes como a seca em várias partes do mundo, o que resultou na crise ambiental.

Dito isso, no presente capítulo, buscaremos a partir do livro *Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*”, expor as ideias da Natureza a partir de diferentes pensadores da tradição ocidental e, conseqüentemente, ilustrar suas contribuições em relação à crise em termos da preservação do meio ambiente. Ressalta-se que, a expressão crise na filosofia não se reduz apenas ao valor negativo, mas também de rupturas, outros caminhos possíveis para solucionar problemas oriundos de má atuação humana sobre o meio ambiente.

2.1 UMA RELEITURA DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS EM RELAÇÃO À NOÇÃO DA NATUREZA/MEIO AMBIENTE

A problemática em torno da natureza tem sido uma questão preocupante desde a antiguidade filosófica, ou seja, desde os filósofos pré-socráticos. Essa preocupação voltada à natureza, a noção da natureza que, na contemporaneidade, passou a ser entendida como o meio ambiente que continuou/continua a merecer destaque entre vários filósofos, neste caso, os pré-socráticos, perpassando até aos atuais. O livro “*Pensar o Ambiente: Bases Filosóficas para a Educação Ambiental*,” é uma coletânea que reúne vários autores em torno da questão ligada à noção da natureza ao longo da tradição filosófica ocidental, a exemplo: Danilo Marcondes, Antonio Joaquim Severino e entre outros. Certamente, esse livro guia-nos nesta primeira parte de reflexão filosófica, além disso, o mesmo livro, orienta-nos através de alguns elementos nele

expostos à luz das concepções da natureza na tradição Ocidental. Ou melhor, a obra nos oferece pistas claras e ricas para compreendermos mais profundamente a natureza e o ambiente e, conseqüentemente cuidar bem de ambos, por meio de uma visita à tradição filosófica Ocidental.

Além disso, considera-se o texto em questão como uma fonte da água doce na qual se pode beber para saciar a sede do equilíbrio. Porque dentro dele são apresentadas várias possibilidades de encontrar o equilíbrio entre as partes que constituem a Natureza, visto que a crise da Natureza –, a noção entendida hoje por meio ambiente, tem aumentado progressivamente. Em síntese, o livro “*Pensar o Ambiente: Bases Filosóficas para a Educação Ambiental*”, trata das contribuições deixadas pelos filósofos ou pensadores de diferentes gerações como: Anaxímenes de Mileto, Heráclito, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Bacon, Descartes, Espinosa, Rousseau e entre outros que podem ser relidos à luz da questão contemporânea em torno do meio ambiente e da construção de uma ética ambiental.

O legado dos supracitados pensadores, assim, abriu-se discussões conceptuais a partir de seguintes conceitos: natureza/ambiente/cultura, nos quais se pode notar uma relação de interdependência entre eles. Partindo dos pré-socráticos, passando por clássicos, medievais, aos modernos e até chegar aos contemporâneos. De acordo com o livro supracitado, percebe-se que os pré-socráticos tinham como preocupação a busca pela compreensão do princípio da natureza (*physis*). Portanto, a origem de todas as coisas, a morada do homem (*ethos*), por exemplo. Só para citar alguns pensadores como Anaxímenes de Mileto, Heráclito e entre outros.

Nessa concepção filosófica, a preocupação não se limitava apenas em compreender a natureza, mas também como criar relações sólidas com base nos “múltiplos níveis de sua existência: com o tempo, com a vida, com o movimento, com a morte, com a natureza, com os outros seres humanos, consigo mesmo” (UNGER, 2006, p.27).

Já entre os filósofos clássicos, destaca-se Aristóteles, pois, segundo Marcondes (2006), ele concebe a Natureza com um princípio auto-organizado intrinsecamente ligada por diferentes partes das quais o homem é uma delas. Pois, então, cada parte constituinte possui em si um propósito, independentemente de seu tamanho, natureza ou caráter. Com efeito, para manter a firme ligação entre as partes constituintes da Natureza pressupõe que o ser humano viva a vida virtuosamente. “Essa vida virtuosa se define pela moderação ou equilíbrio em nossa forma de agir, evitando os excessos ou as deficiências. É nisso que consiste a doutrina aristotélica da justa medida, a *mesótes*” (MARCONDES, 2006, p. 36).

Além disso, vale destacar a metafísica aristotélica com relação aos mundos, sublunar e supralunar, na qual, ele através da sua reflexão filosófica chegou à conclusão de que há no cosmos, duas dimensões: o divino e o devir. Por certo, o devir tem a ver com o mundo

sublunar que corresponde a todos os fenômenos mutáveis, seres animais e vegetais, por exemplo. Enfim, esse mundo tem como predominância, Aristóteles, segundo Reale, (1990, p.195) “a geração e a corrupção” das espécies ora citadas”. Enquanto que, por definição, o divino diz respeito ao mundo supralunar, referindo-se às matérias incriadas, portanto imutáveis, como seres celestes, tendo como características movimentos locais e circular. Em outras palavras, o mundo supralunar é todo corpo que não se encontra em qualquer domínio criativo, o eterno e os céus (REALE, 1990). Na sequência, Aristóteles, segundo Reale, (1990) afirma que o movimento se caracteriza pelos contrários, ou seja, é a passagem da potência ao ato. Nesse caso, a potência remete a ideia da essência, e, o ato ao devir de algo ou matéria dissipável. Portanto, nota-se que há, de certa maneira, uma interligação entre os dois mundos, mencionados.

Ao avançar em direção do pensamento medieval, percebe-se que, os filósofos medievais têm como alguns pontos de sua reflexão: a existência de Deus, a fé, a razão e entre outros. Pois, coloca-se o Deus no centro da sua reflexão, ou seja, esse período foi marcado pelo teocentrismo. Assim, a perspectiva filosófica “da natureza na idade Média” foi marcada pela ideia segundo a qual há um princípio fundante, em que há um criador da natureza e demais seres existentes. Esse criador chama-se Deus. (CULLETON, 2006, p. 46). Portanto, percebe-se que nada existe ou está fora do plano de Deus, ou melhor, toda existência seja humana ou não-humana, por exemplo, dependem Dele.

Por último, os filósofos da modernidade marcam uma ruptura com a concepção filosófica da era medieval. Destacam-se algumas características desse período: o antropocentrismo e a revolução científica. Nesse período, portanto, “trata-se de uma posição de firme cosmocentrismo e de antropocentrismo, tendências que levam a um deslocamento de Deus do centro da realidade, questionando o teocentrismo medieval” (SEVERINO, p.52, 2006). Nota-se que o uso da razão fez com que o Homem se sinta cada vez mais egocêntrico do que antes. Que ao invés dele tentar construir relações harmoniosas com a Natureza (humana ou inumana) da qual faz parte, ele procura, no mínimo, dominá-la e transformá-la a seu bel-prazer.

Dessa forma, é importante trazer aqui, o modo pelo qual a filosofia cartesiana concebe a Natureza, concepção que não foge de critérios da matematização e da quantificação da realidade palpável (natureza). Isto é, segundo a mesma filosofia, a natureza não tem qualquer utilidade fora dos critérios acima mencionados. Por outras palavras, ela não tem utilidade em si, conforme Descartes, nas palavras de Grun (2006). Com isso, vimos que estamos perante um desarranjo brutal, no que concerne ao mundo natural, onde “o maior e o melhor” progresso, só derivariam/derivam da modificação do ambiente natural em artificial.

Nesta lógica, Grun (2006) critica a ideia da modernidade, concebida pelo sujeito cartesiano, no que diz respeito à transformação da natureza em realidade material, favorecendo o distanciamento total entre o ser humano e o meio ambiente, assim, abrindo as portas para uma concepção dualista que opõe o homem à natureza, que é precisamente um dos fundamentos da crise ambiental. Tendo como desdobramentos matematização e quantificação da realidade referenciada anteriormente, e deslocamento de valores contidos na Natureza, onde vários fenômenos da Natureza, como as árvores, passam a ter valores mediante sua transformação pelo sujeito pensante (homem). Além disso, segundo (Grun 2006, p. 63), é colocado, “o homem europeu e branco na posição de Dono e Senhor de Natureza”. Por consequência disso, temos a profunda crise de relação entre homem e o meio ambiente, acarretando assim catástrofes como a falta da água, escassez de recursos para a sobrevivência, seja humana ou não-humana.

Em síntese, ao olharmos toda a trajetória filosófica, narrada no livro “*Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*,” desde antiguidade, medieval até a modernidade, no que diz respeito à questão do meio ambiente em específico, podemos, ao longo dos parágrafos anteriores, compreender o que as tradições filosóficas entendiam por natureza, sobretudo, como os filósofos antigos concebem a natureza enquanto um corpo integral. Ao passo que, os filósofos modernos entendem a natureza como um corpo não integral, portanto, uma mera fonte de riquezas, que ao máximo, o homem as deve apropriar. Assim, percebemos que a reflexão filosófica, em relação a Natureza, ao longo desses diferentes momentos da filosofia Ocidental, possibilita-nos, de modo geral, a compreender de que maneira essa compreensão da natureza pode ter influenciado ou não a relação do homem com o meio ambiente. Cabe-nos aqui reafirmar que a noção do meio ambiente é contemporânea, ou seja, da antiguidade à modernidade, a reflexão girava em torno da noção da Natureza. Já na contemporaneidade, o acento tônico da reflexão filosófica recai na preservação do meio ambiente para o bem viver. Diante de toda reflexão em torno de natureza/meio ambiente, temos um elemento em comum – a relação humana com a natureza. Com efeito, propõe-se o desenvolvimento de uma profunda reflexão sobre o meio ambiente no qual vivemos, que, de qualquer forma, somos intrínsecos a ele.

A partir do livro “*Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*” propomos abordar a noção da ética que sempre foi pensada como modo de promover boas relações que visam ao ideal e ao bem-estar, seja no plano individual ou coletivo. Com efeito, a questão da ética será abordada de forma mais ampla e não se limitará apenas na concepção aristotélica da ética. Assim, a noção da ética envolve dimensões múltiplas de

relações – inter-humanas e entre humanas e não-humanas, ou seja, ela engloba o cuidado que os indivíduos devem ter com relação ao meio ambiente.

Efetivamente, é no exercício da ética que se nutre e, conseqüentemente, potencializa boas relações entre entidades/componentes da Natureza. Além disso, sugere-se a preservação da natureza que, de fato, compreende um pensamento flexibilizado de modo a não pôr em causa o bem viver de si e de todos seres vivos: animal, árvores, por exemplo. Para Aristóteles, seguindo as palavras de Marcondes (2006, p. 35) “a ação correta de um ponto de vista ético deve evitar os extremos, tanto o excesso, quanto a falta, caracterizando-se assim pelo equilíbrio, ou justa medida.” Assim, o pensamento flexionado implica reconhecer que, todos os seres existentes como: árvores, animais, humano etc., possuem valores em si, sendo que esses valores são quase imprescindíveis por qualquer outro ser. Isto é, por razão biológica, não dá para substituir a função de árvores pela da do homem na Natureza, sob pena de desabar o cosmo, posto que Aristóteles, segundo Marcondes, (2006, p. 34), “concebe o ser humano como parte da natureza e ambos são dotados de um telos (finalidade).” Assim, pode-se supor que tudo o que existe tem valor em si.

Visto desta forma, o ser humano como um microcosmo que é parte do macrocosmo, abre caminho para a visão do equilíbrio necessário entre o ser humano e as restantes partes da natureza (seres não-humanos). Assim como as leis do cosmo garantem o seu equilíbrio e harmonia, a ética corresponderia, no mundo humano, à busca de equilíbrio e harmonia equivalentes (MARCONDES, 2006). Em razão das questões que colocam o reino ecológico em perigo como o agir antiético, de fato, precisamos repensar sobre o nosso agir desequilibrado, partindo assim em busca do equilibrado – ético.

2.2 O PENSAMENTO ECOLÓGICO COM BASE NA ÉTICA

O pensamento ecológico implica um exercício ativo do pensar, no qual se pode evitar mudanças ecológicas desfavoráveis ao equilíbrio cósmico. Entende-se que, pensar ecologicamente é, portanto, preservar a Natureza. Outrossim, para o sucesso dessa concepção supracitada, requer a aplicação de uma ética coerente ao pensamento. Além disso, vale ressaltar que a ecologia rizomática é a intersecção ou conexão de toda variedade de natureza –, principalmente, a humana e a não-humana, pois ela tem um papel fundamental para a compreensão do pensamento ecológico. A ecologia rizomática caracteriza-se por conexões de vários pontos diferentes: “o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente traços de mesma natureza; ele põe em jogo

regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos”. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 34).

Certamente, a Ecologia rizomática não se articula por adição de diferentes seres, seja humanos ou não-humanos, que é para formar uma unidade na qual reina a estrutura hierarquizante (inferior e superior). Mas sim, ela é dimensional, isto é, cada espécie existente, é, sem dúvida, uma dimensão necessária para o reequilíbrio cósmico, e não uno, no qual todas as espécies se derivam. Ou ainda, a ideia do reequilíbrio aqui posta não se refere a um estado imutável de diferentes naturezas, refere-se a um equilíbrio dinâmico e imanentemente caracterizado por permanentes vicissitudes. Dessa forma, ele (rizoma) “[...] não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 34).

Por essa razão, concluímos que a conexão de pontos diferentes está, de alguma forma, atrelada à infinita existência conectável entre todos seres, que, através dessa, faz-se o equilíbrio. Imagine se não houvesse essa conexão, na verdade, teríamos um cosmo menos belo e menos apreciável. Justamente por falta de diversidade conectável e infinita. Assim, o que não tem princípio e nem fim, é impossível sob o ponto de vista lógico, retirar dali ilações que tendem a eliminar a diferença, e colocando-a numa pirâmide constituída por derivação, em que, na parte mais inferior, encontra-se os não-humanos, um pouco acima, o Negro e o Índio, e no cume encontra-se o Branco. Sob o ponto de vista da Ecologia Rizomática, essa estrutura é inválida, isto é, inconsistente. Ela compreende uma rede de relações interconectáveis entre diferentes seres, essas relações envolvem duas dimensões: a inter-humana e a não-humana.

O saber ecológico ambiental é indispensável com relação a preservação do meio ambiente. Meio ambiente como uma parte da natureza, ele é uma máquina que, através de si mesmo, consegue assegurar o bom viver de toda criatura cá na terra, a começar por seres humanos, animais indo até aos demais seres. Assim sendo, o ser humano dotado de razão, deve, na verdade, cuidar de si mesmo. O cuidar de si mesmo nada mais é do que cuidar do meio ambiente, que, certamente, a sua boa conservação possibilita/rá a longa vida de diferentes seres, a título de exemplo, do humano, porque na falta de uma intervenção cuidada sobre o ambiente poderá levar-nos ao caos.

Na mesma ordem de ideia, Guattari, (1990, p.52) afirma que “o princípio particular à ecologia ambiental é o de que tudo é possível tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis¹². Cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas”. Em razão disso, a nossa relação com o meio ambiente, certamente, deve ser uma das mais nobres atividades práticas e não apenas teóricas. Essas atividades que pressupõem um repensar

continuo e empático, ou melhor, requer a ação racional com relação ao meio ambiente e com outros seres. Como sugere Guattari (1990, p.51), que “a noção de interesse coletivo deveria ser ampliada a empreendimentos que a curto prazo não trazem "proveito" a ninguém, mas a longo prazo são portadores de enriquecimento processual para o conjunto da humanidade”.

De fato, vê-se claramente a necessidade de uma mudança urgente em termos de atuação exploradora sobre o ambiente. Sob pena à extinção de quase todos seres vivos daqui a anos. Em outras palavras, uma boa relação com o meio ambiente reflete positivamente no nosso bem viver cotidiano, por isso, é indispensável a avaliação/comparação de cada uma das nossas ações sobre o meio ambiente. É na avaliação que se podem tomar atitudes de avançar ou de recuar perante qualquer situação particular. É indispensável refletir antes e, depois avaliar o nosso comportamento após cada interferência sobre o meio ambiente, por menor que possa ser.

Assim, a partir desse pressuposto, seremos capazes de abdicar de certos comportamentos como desmatamento excessivo das árvores, e, empenharmos na replantação, caso concreto, a floresta amazônica. Além disso, é indispensável adotar medidas urgentes, essas que, configuram-se em diminuição de poluentes ambiental (gases tóxicos), e, apenas, extrair do meio ambiente aquilo que é necessário para sobrevivência humana. É nessa direção que a ética ambiental afirma que,

Todos os embates influenciam na compreensão da natureza no mundo moderno. O impacto da série de variáveis que deram origem ao mundo moderno, passando, por exemplo, pelos processos de industrialização, globalização e urbanização, transformou sobremaneira o ambiente ecológico. Sem embargo, a produção em larga escala, o capitalismo consumista e a utilização de recursos naturais para a produção de bens transformaram o meio ambiente em veículo elementar para o próprio desenvolvimento segundo as concepções prevalecentes no mundo moderno. (BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016, p. 368).

Desse modo, percebe-se que a busca pela satisfação dos desejos insaciáveis que, de alguma forma, esses continuarão a ser algo impulsionador de certas condutas humanas, como a desenfreada exploração de recursos naturais, florestais, por exemplo. Conclui-se que isso coloca a humanidade no círculo vicioso. Na verdade, isto acontece porque a cada progresso alcançado pelo homem, é simplesmente uma nova partida rumo à nova realização. Enfim, esse modo de agir permitiu/permite a constante degradação ambiental.

Em razão da degradação ambiental, propomos uma avaliação/autoavaliação das ações humanas que destroem a esfera ambiental. Para tal, é preciso aproximar uma conduta anterior da atual sobre uma determinada realidade, interferência humana sobre o meio ambiente, por exemplo. A partir desse processo de avaliação/autoavaliação, tornaremos capazes de deixar

de lado o que acarreta e acarretará consequências nocivas aos seres vivos em geral, seja a curto ou a longo prazo, como desmatamento florestal. Depreende-se que o futuro melhor dependerá da nossa constante conjugação e substituição de esforços e ações sobre o precioso meio ambiente. A conjugação deve ser orientada pelo bem pensar que possibilitará a boa ação racional, ao passo que a substituição consiste, com efeito, em abandono total da exploração da natureza de forma abusiva, como também, aplicação dos recursos naturais nas fábricas das bombas nucleares, armas biológicas, por exemplo, essas que, de nenhum modo, visam o equilíbrio. Ou seja, a indústria armamentista objetiva a destruição e não a construção.

Por consequência disso, o mundo está a testemunhar piores episódios, resultantes do procedimento humano diante da natureza... ninguém, mas ninguém mesmo tem a autoridade de minimizar o grande senão o maior patrimônio universal em importância, nesse caso, a diferença existente enquanto diferença. Assim, importa-se ressaltar o que Naess afirma sobre a conduta humana sobre o meio ambiente, nas palavras do Le Grange, lê-se o seguinte:

O filósofo norueguês, Arne Naess observou que há tanto resposta rasas quanto profundas para a crise ambiental. Ele argumentou que se a reação da humanidade deve ser significativa, isto é, se um futuro sustentável para o planeta deve se tornar possível, então nossa reação precisa ser profunda – uma que reconheça o valor intrínseco de todos os organismos/seres (LE GRANGE, 2015, p. 15).

Em conformidade com o autor a construção de um futuro melhor, no qual todos viventes serão vistos como parte integral e integrante de cosmos, quer do ponto de vista social ou natural, com certeza, é indispensável a compreensão de cada unidade como tal. Nessa ótica, não adiante formular os preceitos nos quais se assentam os padrões ditos modelos que, de certa forma, nortearão a boa convivência inter-humanas e entre homem com o meio ambiente, sem, no entanto, ter, no mínimo, a vontade ou estar comprometido a cumpri-los.

É evidentemente, que Barbosa-Fohrmann et al., (2016) expõem a perspectiva de Arne Naess, com relação a ecologia na qual tem influenciado bastante a ideia ecológica que, remonta o final do século XX. Pois, a compreensão dos tecidos sociais e ambientais requer saber o ponto sobre o qual a ecologia profunda (a noção criada por Naess) se assenta. Assim, a ecologia profunda consiste em admitir que toda espécie de seres existentes, de modo geral, é útil em si. Isto quer dizer que as suas utilidades não estão só em função da necessidade humana, como muitos pensam, mas elas estão em si mesmas. Dado o exposto, vale ressaltar a descrição que se segue feita por Ferry citado por Barbosa-Fohrmann et al.,

O bem-estar e o desenvolvimento da vida humana e não humana sobre a Terra são valores em si (sinônimos: valores intrínsecos, valores inerentes). Esses valores são independentes da utilidade do mundo não humano para as finalidades do homem. A riqueza e a diversidade de formas de vida contribuem para a realização desses valores e, conseqüentemente, são também valores em si. Os humanos não têm nenhum direito de reduzir essa riqueza e essa diversidade, a não ser que seja para satisfazer necessidades vitais. O desenvolvimento da vida e da cultura humanas é compatível com uma diminuição substancial da população¹ humana. (FERRY,2009, apud BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016, p. 370).

Com efeito, é possível afirmar que a compreensão e o reconhecimento da diversidade como tal é, sem dúvida, uma das fontes nutritivas de boas relações sejam sociais, sejam entre a humanidade e o meio ambiente, sejam entre todas espécies sem exceção alguma. No entanto, com a aparição do homem como uma entidade central e responsável por demais seres não-humanos, inclusive do meio ambiente, implica no desequilíbrio devido a forma pela qual ele (ser humano) adota postura transformadora dos componentes da natureza em coisas úteis para sua satisfação. Nisso, coloca-se o acento tônico no homem, sendo ele o mais causador do desequilíbrio ambiental.

Por essa razão, é necessário que haja, portanto, a vinculação entre atuantes diretos ou indiretos no meio ambiente, a atuação tem afetado negativamente o equilíbrio ambiental, além disso, os mesmos autores afirmam que,

Desde o século XVI que há o predomínio de uma forma determinada de se pensar a natureza, qual seja, a abordagem antropocêntrica, ou centrada no ser humano. O ponto vital dessa concepção gira em torno do domínio humano sobre o mundo natural, com a finalidade do uso e bem-estar dos seres humanos. (BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016, p.367).

Vista desta maneira, segundo Bacon, nas palavras de (SEVERINO, 2006) é fundamental que o homem domine a Natureza pelo conhecimento, com finalidade de garantir a sua sobrevivência. Pelo que, de modo semelhante, Descartes afirma que o progresso da

¹ Por um lado, Ferry (2009, apud Barbosa-Fohrmann et al., 2016, 370), defende a ideia do equilíbrio ambiental com base na redução de exploração ambiental. E, por outro, ele assegura que a diminuição da referida exploração não bastaria, pois é preciso também pensar na redução da população humana. Ou seja, a retomada do equilíbrio ambiental, implica necessariamente, não só na redução a exploração ambiental, como também na redução da camada populacional (ser humano). Diante disso, importa deixar claro que, até certo ponto, o nosso trabalho reconhece a importância da exposição do Ferry, sobretudo, quando ele apela a redução de exploração do meio ambiente, sob pena de causarmos o profundo desequilíbrio ambiental, esse que afeta negativamente a vida humana, em especial. Entretanto, não concordamos com ele, precisamente quando invoca a redução da população humana como um caminho para assegurar o reequilíbrio.

humanidade só depende do domínio do homem sobre a natureza. (GRUN, 2006). No entanto, cada passo dado pela revolução, sobretudo, no século passado, no tocante a sua ação sobre a natureza, gera mais ambiguidades na incompreensão sobre o destino do cosmos. Logo, considera-se necessário reformular ou recriar modos outros, de ação do homem sobre o meio ambiente. Pois, é sabido que, há séculos o mau uso da ciência/técnica vem colocando o mundo cada vez mais à beira do abismo. (BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016).

Com efeito, os mesmos autores afirmam que, “[...] o homem, conforme avançou no progresso científico, passou a pensar a natureza como objeto, como meio de realização do seu bem-estar, principalmente tida como fonte de exploração.” (BARBOSA-FOHRMANN et al., p. 369), pois, “a cada novidade no mercado, o que se produz é um sentimento de insatisfação com o que se tem. A vida na sociedade de consumo do Capitalismo Mundial Integrado (CMI) se movimenta através da captura de se querer mais e ser mais.” (RIVAROLI e ALBERNAZ, 2017, p. 184).

Em razão de todo esse processo que envolve a conquista da Natureza pelo homem temos, “como consequência, o avanço científico gerou incertezas acerca desse domínio e, por conseguinte, fez emergir, de forma mais contundente a partir do século passado, a necessidade de reflexão acerca da ação humana no meio ambiente.” (BARBOSA-FOHRMANN et al 2016, p. 367).

O ser humano pela faculdade que a sua natureza lhe permitiu, de criar, inventar, desenvolver técnicas, levou-o a pensar que é natural dominar e transformar tudo ao seu redor, com finalidade de construir o mundo melhor e interconectado. Em outros termos, percebe-se que há no imaginário humano uma propensão segundo a qual a criatura humana adota postura centrada em relação aos demais seres. Com efeito, as capacidades, como a de transformar a natureza, desenvolvidas pelo ser humano, tornaram-no diferente dos outros seres existentes, como animal, plantas, por exemplo. Pelo visto, infelizmente, o homem não soube/sabe bem utilizar essa disposição em benefício de todos os seres. Diante disso, é possível afirmar que:

Os impactos da produção e as necessidades humanas predominantemente materiais demandavam mais trabalho e mais recursos naturais, como água, madeira, solo, o que gerou consequências também cada vez mais negativas para o equilíbrio dos ecossistemas conforme a expansão do progresso industrial. (BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016, p. 368).

Conforme os mesmos autores, não há como dissociar o antropocentrismo do tecnocentrismo, no que diz respeito a alienação e apropriação do ambiente, dado que para o

homem afirmar sua superioridade em relação ao demais seres, foi necessário, elaborar duas teorias ora mencionadas (antropocêntrica e tecnocêntrica). Conclui-se que toda essa elaboração visa dignificar a ação humana, e, conseqüentemente, justificar seus erros resultante do uso indevido da tecnologia. (BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016). Dessa forma, nota-se que, a construção do plano da modernidade com vista ao alcance do progresso ao nível científico, tem trazido serias transformações no seio ambiental. Assim, Barbosa-Fohrmann et al., (2016, p. 370) afirmam que, “todavia, o intenso desgaste e destruição realizados a termo pelo homem geraram risco de sobrevivência de sua espécie e das demais que habitam a Terra.”

Com efeito, Barbosa-Fohrmann al., (2016, p. 374) pressupõem que haja o seguinte: a “[...] interação entre o micro (comunidade) e o macro (mundo) constitui-se também num diferencial para a prevenção e conseqüente redução de riscos ecológicos,” logo é necessária uma rápida busca pela diminuição de riscos resultantes da intervenção humana sobre o ambiente. Além disso, (Ferry, 2009, apud Barbosa-Fohrmann et al., 2016, p. 370), afirma que “a intervenção humana no mundo não humano é atualmente excessiva e a situação está se degradando rapidamente. É preciso, pois, mudar as orientações políticas de maneira drástica no plano das estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas”.

Em vista dos argumentos apresentados pelos autores, pode-se notar que, a diversidade é um bem inalienável, logo, ela precisa de ser preservada, em oposição à extração abusiva do meio ambiente. Além disso, é preciso construirmos novos caminhos (políticas) no sentido de tornarmos menos atentos às necessidades efémeras e a postura hedonista, respetivamente. Dessa forma, é de fundamental importância desenvolver uma postura mais atenta com relação à diversidade, (nossa relação com o meio ambiente e com demais seres), objetivando assim, reparar danos causados à Natureza e prevenir futuras conseqüências.

Assim, para tal, é fundamental (re) privilegiar o SER em detrimento do ter, porque na perspectiva humana não há um bem possuído sem antes existir o possuidor. Mas, sempre existe o SER enquanto SER. Se não fosse pelo autoengano, jamais pensaríamos que o nosso pleno SER dependeria dos acúmulos dos bens. Se dependesse só daquilo, Jeff Bezos, seria super-ser, em outras palavras, transcenderia o nível de ser.

Em razão do exposto, faz-se necessário reverter a forma pela qual nós seres humanos temos agido contra o meio ambiente. Como também, desenvolver outro modo de pensar, esse que, deve basear-se na contemplação da Natureza, o meio ambiente em específico, sob diferentes perspectivas. Isto é, conserva-la mais do que a transformar em materiais bélicos, luxuosos etc. Em suma, é preciso cultivar o agir ético.

2.3 O VIVER ÉTICO COM BASE NA JUSTIÇA E NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A ética como arte de bem viver, em sua prática efetiva, requer, veementemente, do homem, um constante exercício do bem posicionar perante qualquer situação em uma determinada circunstância, na qual se encontra. Seja, por exemplo, de fome ou por um vazio causado pela impressão de necessidade insaciável, (acúmulo de riqueza). Desta maneira, Barbosa-Fohrmann et al., (2016, p. 373) afirmam que “a forma ética de agir é, portanto, aquela fundada em um agir humano referido às pequenas coisas, aos pequenos feitos, que acabam por penetrar tanto a esfera privada quanto a pública de interação.”. Salienta-se que a ética aqui mencionada envolve relações entre ser humano, como também a relação do homem com o meio ambiente.

Nesse sentido, nota-se que, em grande medida, as circunstâncias de vida são condicionantes do agir do ser humano em todos espaços por onde ele passa ou vive. Além disso, é pelas mesmas que ele é levado a agir negativamente ou positivamente diante de um bem que lhe difere (meio ambiente), e nas mais diversas situações em relação aos seus semelhantes. Na verdade, muitas pessoas agem eticamente, seja individualmente ou coletivamente, não porque são éticos, mas por medo de serem coagidas em algum momento. Com efeito, destaca-se que há uma interdependência entre o bem individual e o público, devido a isso, cada indivíduo deve conhecer os limites que conduzem ao bom viver comum. Ou seja, há que haver uma constante submissão às regras comuns. Essa submissão não deve derivar apenas, do medo de sermos punidos/criticados, em algum momento, mas sim, deve ser da nossa livre e plena consciência e da nossa conduta, em quaisquer circunstâncias.

Ademais, vale a pena promover o exercício da ética em todos níveis, que é para atenuar os impactos/consequências oriundos do proceder antiético. Dessa forma, diante de questões vigentes, como a degradação progressiva do meio ambiente, faz-se necessária a apropriação da ética e do direito com vistas a levar em conta não somente a relação dos indivíduos entre si na sociedade, mas também da sociedade com a própria natureza. Por outras palavras, é necessário viver a prática da ética e exercer o direito. Isto é, ser autocoagido pela própria razão, e, não apenas pela coação do olhar de um terceiro. Assim, “a ética surge como aspiração de uma vida digna, boa. O direito apresenta-se como possibilidade de construção de formulações que vão permitir que as ações sejam direcionadas no sentido de criar condições de uma boa vida.” (BARBOSA-FOHRMANN et al., (2016, p. 372).

Nesse caso, acreditamos que a difícil tarefa que a humanidade tem enfrentado há séculos é de lidar adequadamente com o bem coletivo, por exemplo, o meio ambiente.

Segundo Barbosa-Fohrmann et al., (2016, p. 371) “a proteção do meio ambiente é, de certo modo, instigante e desafiadora, uma vez que desafia o homem a sair da zona de conforto que a técnica erigiu, fazendo com que haja uma ressignificação de parâmetros, valores e ideias que devem ser compartilhadas por todos”.

Em face do exposto, nunca é tarde demais para reverter essa dificuldade em facilidade, no sentido de abrir a consciência e abraçar com o coração mais e mais as esferas pública e privada, coletiva e individual, posto que as referidas esferas estão, de certa maneira, interligadas, portanto, não há relação de anulabilidade entre uma camada e outra. Além disso, deve-se levar em conta outra dimensão como seres e elementos que formam a natureza. Assim, o homem deixará de ser governado pela ideia segundo a qual o ter, em termos de grande quantia de bens, é que define o SER. Mas não é bem assim! Pois, o SER é um bem em si. Desse modo, a dimensão do Ser se realiza no tempo, as implicações das ações sobre o meio ambiente afetam não apenas o presente, como também o futuro. Com efeito, os autores apontam o seguinte:

[...] a ética do futuro é a ponte criada das ações no presente e os seus reflexos nas próximas gerações. A insegurança criada pela técnica e os consequentes efeitos tiraram do homem moderno aquilo que ele reivindicava como o elemento diferenciador de sua condição, qual seja, a autonomia racional. Uma vez que a ciência não é capaz de gerar previsibilidade, o homem precisa retomar sua significação de estar no mundo com outros seres e perceber que a ação agora pode não só comprometer outros seres, mas as suas futuras gerações, (BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016, p. 372).

Enfatizamos aqui, que é o nexos entre ação (ética) e a concepção do cosmo que nos envolve (a concepção moderna e a Bantu). No próximo capítulo, buscar-se-á expor como a filosofia Bantu oferece alternativas para superação desse impasse.

Diante disso, fica claro, o convite deixado pelos autores, que consiste em desenvolver o agir ético em relação à sociedade, de modo específico, e em relação ao meio ambiente, de modo geral. Em outras palavras, os problemas ecológicos aqui mencionados, muitas vezes, são derivados de incessantes lutas pela posse dos bens econômicos e de status social. A respeito disso, nota-se que, “[...] há enfrentamentos entre nações; por territórios, bens, poder bélico, interesses econômicos, políticos e religiosos. Tudo isso faz com que acelerem as degradações nas sociedades e nas relações humanas.” (RIVAROLI e ALBERNAZ, 2017, p. 177). Perante o exposto, percebe-se que o cultivo e o exercício ético merecem especial atenção para construir o cosmos menos conturbado. É fundamental que, “[...] o sujeito torna-se responsável pelo seu agir, tendo como temperança as consequências produzidas por essa ação.” (BARBOSA-FOHRMANN et al., (2016, p. 372). Nisto, é indispensável que haja um sujeito

que faça o uso da razão não para obter o controle total da natureza (modernidade), porém buscar, constantemente, um proceder ético que leve em conta a inserção do indivíduo na sociedade e a relação da sociedade com o meio ambiente.

Em razão disso, entende-se que, para a afirmação de uma ética ambiental, é preciso e, é fundamental que haja um olhar transcendental, ou melhor, um olhar que vai além da estrutura física do meio ambiente, no seu todo. Pois, essa ética deve basear-se na ação valorativa local e não deslocada das árvores, por exemplo. Isto quer dizer que, é preciso reconhecer os valores intrínsecos ao meio ambiente, e, não só em função da sua utilidade. Sendo que, para isso acontecer pressupõe-se que haja primeiro, uma colaboração em escala local e global. De fato, "a modificação ideológica consiste principalmente em valorizar a qualidade da vida (habitar em situações de valor intrínseco) em vez de visar permanentemente a um nível de vida mais elevado" (FERRY, 2009, apud BARBOSA-FOHRMANN et al., 2016, p. 370).

Com certeza, vivemos em um mundo tão agitado com constante degradação social e ambiental. Esse fato que tem sido preocupante no seio da sociedade atual, por gerar demandas sobre as quais deve ser tomado o rumo para focar na possível inversão dessa realidade chocante (desequilíbrio social e desmatamento ambiental). Neste âmbito, a questão da ética remete à da justiça, pois a ausência de justiça social é preocupante, logo merece a nossa especial atenção.

Conforme Acselrad (2010), a injustiça social e a degradação ambiental têm a base comum. Isto é, ambas não visam o equilíbrio algum, isso se mostra pela forma segundo a qual os recursos naturais estão sendo explorados abusivamente e distribuídos de forma desigual. Para atenuar essa situação, o mesmo autor afirma que há necessidade de:

[...] se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. Seu diagnóstico assinala que desigual exposição aos riscos deve-se ao diferencial de mobilidade entre os grupos sociais: os mais ricos conseguiriam escapar aos riscos e os mais pobres circulariam no interior de um circuito de risco, (ACSELRAD, 2010, p. 7).

Em vista disso, Acselrad (2010) propõe a busca pela compreensão entre a relação social e a ambiental, pois na sua concepção, o equilíbrio só pode ser alcançado quando houver a justiça ambiental e a social, simultaneamente. Portanto, a criação da ordem/constância social tanto quanto ambiental, passa necessariamente pela conjugação desses dois campos como interligados, ou seja, não pode haver estabilidade social enquanto não houver a ambiental e, vice-versa.

Em virtude disso, nada mais é melhor que cultivar a empatia de modo a construir tecidos de relações consistentes entre seres sem exceção. Por outras palavras, a construção desses tecidos, deve ser a atividade que o ser humano desenvolva constantemente durante a sua vida aqui na terra. Além disso, é preciso que cada um de nós tenha consciência clara do seu proceder/comportar perante a diversidade, na qual a beleza do cosmo se assenta, sob pena de destruí-lo. O cosmo é belo justamente porque é diverso. Visto desta maneira, pergunta-se: qual é o caminho viável para o reequilíbrio?

A propósito disso, Rivaroli e Albernaz (2017) apontam a educação ambiental como uma tarefa fundamental para afirmação do possível reequilíbrio. Partindo da ideia segundo a qual a sua aplicabilidade não se deve restringir a uma pequena comunidade, mas sim, ela deve ser aplicada em toda esfera social, seja na escola ou em outros meios nos quais são habitados pelos homens/mulheres. Nesse sentido, entende-se que é necessário que todo mundo esteja atento à atual situação ambiental (degradação progressiva), sob pena de tornar-se o outro, ou seja, extinguir-se. Com efeito, [...] “a realidade requer uma reforma na nossa maneira de pensar, atuar e sentir o mundo. Hoje, é necessário um pensamento múltiplo, que possibilite criar saberes os quais nos ajudem a entender as mudanças na vida de cada um de nós e na sociedade”. (RIVAROLI e ALBERNAZ, 2017, p.174).

Em conformidade com as mesmas autoras, a educação ambiental, deve, de certa forma, ser acatada e vivida, posto que, através da sua aplicação diária é que se potencializa um bem viver, e, conseqüentemente, atenuar gravidades oriundas da ausência da educação ambiental, ou seja, conseqüências negativas por vir. Sendo que aplicabilidade da instrução ambiental é uma forma pela qual nos distância dos possíveis males, que advêm da nossa ignorância, (RIVAROLI; ALBERNAZ, 2017).

Adicionalmente, Rivaroli e Albernaz (2017) acreditam que a educação ambiental reflete diretamente na nossa vida, seja na forma pela qual a vivemos, seja pela maneira que a encaramos (cosmovisão) do mundo. Em outras palavras, a educação ambiental não deve ser vista como uma matéria cabal e pronta ou fixa. Ou melhor, deve haver a sua flexibilização quantas vezes necessária, isto é, ajustar às mudanças recorrentes.

Na mesma ordem de ideia, as mesmas autoras propõem que se pense a educação ambiental a partir da flexibilização ideológica. Melhor dizendo, a partir das múltiplas ideias, capazes de apontar, de alguma maneira, soluções aos problemas ambientais. Assim, colocado de lado o pensamento que diminui a diversidade, (antropocêntrico/egocêntrico) e, como também, o que universaliza o padrão de vida, tanto social quanto econômico. A situação que leva a “uma normalização, coisa que, em geral, é o pensamento que predomina na academia ou

na escola”. (RIVAROLI; ALBERNAZ, 2017, p. 178). Na verdade, somos parte da Natureza, como também os não-humanos são, nisso é indispensável procurar saber sobre relações que são inerentes a Natureza.

2.4 A COMPLEXIDADE DA NATUREZA

A Natureza é um organismo vivo e conectável. A conectividade se dá por meio de duas linhas entre as quais, a contínua e a descontínua. Essas linhas são de certa forma, interligadas e intercruzadas entre si, justamente, porque cada uma ocupa um imprescindível espaço neste grande corpo ordenado que é a Natureza. Ambas as linhas são, na verdade, dependentes e, portanto, inseparáveis do ponto de vista lógico. O que são as linhas? E, em que se diferem? As linhas, aqui, não são nada mais do que as múltiplas espécies que habitam e compartilham o mesmo cosmos, como (animal, homem, plantas etc.). A diferença consiste na função que cada um tem a desempenhar, por exemplo, a água tem uma das funções, a manutenção da vida, as plantas possuem a de gerar oxigênio. Enfim, qual é a do homem? Entres várias funções, pretendemos destacar uma, que é de cuidar-se bem da Natureza. Conclui-se que todas as espécies contribuem na formação ou são constituintes do equilíbrio do planeta terra.

A linha contínua implica dizer que a cada linhagem, por ordem natural, obedece a uma regra de procriação. Por exemplo, não há como uma mulher dar à luz a um macaco e, assim por diante. Ao passo que a descontínua se insere na ideia segundo a qual a diversidade é fator fundamental e suficiente para o equilíbrio cósmico. Ou seja, o cosmo é tão diverso, pois nele há múltiplas espécies, onde cada qual procria gênero semelhante a si, entretanto, apesar da diferença inegável entre categorias, todas são importantes.

Desse modo, afirma-se que não há diferença tão grande a ponto de se colocar o sujeito acima do objeto em estudo, no caso, o homem em face da natureza, sendo que ambos de modo geral, estão interconectados. De acordo com Loureiro (2004, apud RIVAROLI e ALBERNAZ, 2017), todas as relações sociais são ambientais, uma vez que se realizam no ambiente local e planetário. Tendo em vista o exposto, nada mais é melhor que cultivar a empatia de modo a construir tecidos de relações consistentes entre seres humanos.

Assim, vale ressaltar a complexidade da Natureza, em geral, pois ela é resultante de uma grande esfera “auto-organizada”. A complexidade dessa esfera não pode ser considerada como desorganização ou confundida com desordem. Ao longo dessa monografia, vimos que a modernidade com seu modo de produção capitalista tem promovido uma certa desestruturação do meio ambiente, emissão de gases na atmosfera, desmatamento florestal, por exemplo. Diante

dessa situação da crise ambiental, é preciso que a intervenção humana recaia sobre essas esferas para reorganizá-las e, assim, superar seu estado de desorganização. Em razão dessa má compreensão de tal complexidade, o homem quase que acabou por desorganizar tudo, quando se pensou/pensa que está a organizar o meio ambiente. A título de exemplo, o excessivo uso de agrotóxico que não só empobrece a terra, mas também, põe em risco a saúde dos consumidores, senão da Natureza, em geral,² visto que é a partir da incompreensão da complexidade da Natureza que o homem, além de destruir o ambiente de forma excessiva, ele está cada vez mais a autodestruir-se.

A perspectiva egocêntrica, ou seja, a ênfase na realização pessoal em detrimento da coletiva, que, de fato, acaba por quase neutralizar a prática da ética em detrimento dos valores materiais. Nisso, compreende-se que, em falta estão: reconhecimento, consideração e o respeito aos semelhantes ou a espécies de natureza diferente (relação inter-humana a que envolve a Natureza em geral, ou seja, a interligação entre humano e não-humano). Portanto, sugerimos que seja reposto os valores mencionados, de modo a reerguer a estabilidade do cosmo. Dito de outra forma, nota-se que, por um lado, na maioria das vezes, no seio social, a consideração e o respeito para com outro sujeito, estão atrelados à proporção de riqueza acumulada por esse sujeito, e por outro, frequentemente, o desrespeito, a discriminação e a subalternização da pessoa estão em razão do seu fracassado poder de aquisição. Ou seja, quanto mais pobre economicamente uma pessoa é, mais exposta a discriminação, será. Diante disso, podemos afirmar que, o mal já está quase consolidado, mas isto não quer dizer que não se pode transformá-lo em bem.

Assim, sugere-se que cada um de nós que intervém, de forma direta ou indireta, no meio ambiente, que se reorganize o seu pensamento da melhor forma possível, de modo a agir adequadamente com relação a si mesmo e com os outros seres, respetivamente. Nessa lógica, para a maior compreensão do cosmos, é necessária a efetivação de uma mudança radical das práticas que deterioram a Natureza, a exploração abusiva dos recursos naturais, por exemplo.

Ao longo deste capítulo, vimos que para melhor entendermos a problemática que gira em torno da natureza, envolvendo questões ecológicas e éticas, foi necessário partir desde a antiguidade, passando pela idade medieval, modernidade até chegar à contemporaneidade, tendo como foco a busca pela compreensão da atual situação do meio ambiente. Pois, até aqui,

² É notório que, “em 1937, a exposição ao (PCBs)²provoca efeitos sistêmicos tóxicos e erupção cutânea acneica. Como também provoca tumor no cérebro, câncer nos pulmões e problemas cardíacos.” Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=y6leaqoN6Ys>. Acesso em: 02 set. 2020.

considerando toda reflexão filosófica feita sobre a Natureza, entende-se que, da antiguidade à modernidade, temos um elemento em comum que é justamente, a relação humana e a natureza. Na continuidade dessa monografia, iremos discorrer sobre a perspectiva filosófica Bantu, com base na obra intitulada *Filosofia Bantu* – do missionário belga – Placide Tempels. Essa que nos oferecerá uma visão, através da qual, será possível reencontrar uma relação reequilibrada, seja de natureza inter-humana, como também entre homem com todos os outros seres não-humanos.

3 FILOSOFIA BANTU: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA DO EQUILÍBRIO CÓSMICO

Placide Frans Tempels (1906-1977), missionário belga, foi a missão na África, concretamente no Congo. Importa enfatizar que a missão do Tempels para África, foi no quadro da colonização do continente africano pelos europeus, em que [...] “o objetivo do colonizador seria acordar “as pessoas letárgicos” e apresentar-lhes a civilização e a verdadeira religião”. Pois, “durante cerca de dez anos, Tempels seguiu esse objetivo”. (MUDIMBE, 2013, p. 174). Em outros termos, percebe-se que o missionário belga tinha em manga duas missões principais, a primeira, dominar os Bantu, e a segunda, levar a luz divina (fé cristã) para o continente africano. Assim, por meio de pregação do evangelho de JESUS CRISTO, para os povos “primitivos” africanos, sobretudo os Bantu, livraria do inferno as almas dos que creem em seu nome – CRISTO.

Para Tempels, nas palavras de Mudimbe³, os povos Bantu encontravam-se numa situação “tão crítica”, que, certamente, precisavam de uma ajuda emergencial dos povos europeus ditos proprietários da civilização, do qual Tempels fez parte. A referida ajuda emergencial, envolvia duas dimensões, como bem referimos acima, por um lado, colonizar ou despertar a consciência civilizatória dos Bantu, ou seja, torna-los civilizados, por outro, ensinar os Bantu a ter consciência de si, em especial, da vida após morte. Por outras palavras, liberta-los da escuridão na qual eles se encontravam, para a luz –, que nada mais é do que conhecer e, conseqüentemente, praticar a fé cristã católica. Essa fé pode ser alcançada com base no ouvir e

³ Para saber mais sobre o pensamento do missionário Tempels, ver Mudimbe, “[...] a missão europeia auto-declarada de civilizar os africanos através da colonização e da evangelização cristã. No, âmbito de uma estrutura arrogante de uma conquista colonial belga destinada a durar séculos. Tempels, um missionário em Katanga, escreveu um pequeno livro sobre a filosofia que ainda perturba alguns pensadores africanos. O conhecimento do Tempels sobre a filosofia correspondia, essencialmente, à educação que recebeu durante a sua formação religiosa”. (MUDIMBE, ano, p. 172-173).

no praticar a palavra de DEUS – JESUS CRISTO – SENHOR. De acordo com Mudimbe (2013), durante a estada do missionário em África, por meio da escrita, sistematizou o modo de filosofar Bantu, na obra intitulada *Filosofia Bantu*, publicada em 1945. Nessa obra, o missionário “apresentou duas teses a partir da sua experiencia: que a natureza vem de Deus e que cabe aos povos superiores civilizar os seus irmãos inferiores. Assim, o direito de colonizar foi duplicado por um direito natural e uma missão espiritual”. (MUDIMBE, 2013, p. 174).

Com efeito, para justificar a prática colonizadora e civilizadora as quais os Bantu foram submetidos, Tempels apresentou uma tese: “A sua tese foi baseada numa metáfora inspiradora, muito na moda da década de 1930: tal como numa floresta existem formas de vida frágeis e dependentes que apenas podem viver e desenvolver-se sob a proteção dos mais fortes, assim acontece entre as comunidades humanas”. (MUDIMBE, 2013, p. 174).

Evidentemente que, a obra do padre belga foi alvo de muitas críticas por parte dos pensadores, Hountondji, por exemplo. Em síntese, nota-se que a obra possui uma característica etnográfica. Ou seja, o método dele é muito próximo dos etnógrafos, esse que tem por base os relatos dos costumes Bantu. Além disso, Tempels apresentou-se como sujeito, colocando o povo Bantu na condição de objeto de estudo. Com base da sua vivência com os Bantu, fez a descrição dos mesmos povos, na qual chegou à conclusão de que, afinal, há unanimidade entre os povos Bantu em termos de conceber o mundo, o que não corresponde à verdade. (MUDIMBE, 2013). Diante desse quadro, concordando com as críticas feitas a Tempels⁴, ainda assim, nós buscaremos fazer o uso do seu livro –, *Filosofia Bantu* – com o foco na descrição da ideia da ontologia Bantu.

O povo Bantu habita uma grande extensão territorial do continente africano. Em conformidade com Cunha (2010), a designação Bantu procede de um grande tronco linguístico, onde há uma enorme pluralidade linguística e cultural, localizada na região africana. Sendo que o mesmo povo habita grande extensão territorial africana, indo de Camarões no Atlântico ao Quênia no Indico, incluindo todos os países até a África do Sul. (CUNHA, 2010).

⁴ É evidente que temos conhecimento da leitura crítica do autor –Tempels, no entanto, buscaremos aqui a aproveitar a descrição que ele fez da filosofia Bantu, para compor o nosso trabalho que vai além da crítica da qual o missionário foi alvo.

3.1 O SISTEMA ONTOLÓGICO BANTU SEGUNDO TEMPELS

Neste tópico, elaboraremos a exposição dos principais elementos da descrição da ontologia Bantu realizada por P. Tempels, em seu livro de 1945. Nos concentraremos, sobretudo, no segundo capítulo que incide diretamente sobre essa temática.

3.1.1 O SER COMO UMA ENTIDADE EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Tempels abriu caminho para o debate filosófico africano, apesar disso, foi objeto de múltiplas leituras, podemos destacar duas dimensões: a primeira, ele chama atenção ao aspecto estável que corresponde a metafísica, na segunda, fala-se do aspecto mutável que é o comportamento humano. Ou seja, Tempels quer nos dizer que, na filosofia Bantu, a estrutura ou forma, é inalterável, mas o conteúdo, se preferirmos, o comportamento, é alterável, portanto, mutável.

Na perspectiva Bantu, segundo Tempels (2016), o SER não é uma entidade cabal ou imutável, ele é dinâmico por estar sempre, ou melhor, constantemente a construir-se. Ressalta-se que, essa construção não se faz apenas de modo individual, no sentido de que, para uma pessoa tornar-se ou reconhecida como SER, com certeza, pressupõe que essa aja de maneira adequada perante a sociedade na qual vive, sendo que a mesma sociedade tem o poder de legitimá-la como tal.

Com efeito, a conduta humana é dinâmica, tal como Tempels afirma:

O comportamento não pode ser universal para todos, nem permanece no tempo se não tiver na sua base um conjunto de ideias, um sistema lógico, uma filosofia positiva completa do universo, do homem e das coisas que o envolvem, da existência, da vida, da morte e da sobrevivência. (TEMPELS, 2016, p. 30).

Sob o mesmo ponto de vista, em hipótese alguma, a atuação humana sobre si mesma ou sobre qualquer fenômeno pode ser colocada num quadro estático. Apesar desse dinamismo, há algo que, de modo geral, permanece inalterável que é justamente a Ontologia

3.1.2 O PRINCÍPIO VITAL

Segundo a concepção bantu/ubuntu, a ação humana está ligada à força vital, ou seja, para os Bantu, “Ser” é um atributo que não nasce com o indivíduo, mas, ele pode vir a se tornar

“ser” ao longo de sua vida. Como se pode ver em seguida, (BONO, 2014) afirma que, o “ser pessoa vai para além de ser homem porque é algo ligado ao bom comportamento, à moralidade e a boa convivência.” (BONO: 2014, 197 apud SILVA, 2017).

Efetivamente, desde os primeiros tempos, o modo de filosofar dos Bantu tem se preocupado bastante com a configuração dos aspectos que, de modo geral, põem em causa o equilíbrio, porque para os Bantu, todos os seres do universo possuem a sua força vital própria; humana; animal; vegetal; ou inanimada. (TEMPELS, 2016). O mesmo autor afirma que “cada ser foi dotado por Deus de uma certa força, susceptível de reforçar a energia vital do ser mais forte da criação: o homem” (TEMPELS, 2016, p. 47).

O filosofar dos Bantu está vinculado a uma base central na qual se funda (força vital), em razão disso, o reconhecimento dessa base principal da reflexão filosófica, possibilita a compreensão dos seus pressupostos que fundamentam a gênese desse pensamento, sem a qual não será possível a definição dessa filosofia Bantu como tal. Assim, de acordo com Tempels, (2016, p.49) “todo o esforço dos Bantu é orientado pelo poder vital. A noção fundamental da sua concepção de ser humano assenta-se no conceito da força vital”. Ainda nesta linha de raciocínio, ele afirma que “(...) todos os costumes dos Bantu, repousam sobre um único princípio, o reconhecimento da Natureza Íntima dos seres humanos, isto é, sobre o princípio da sua Ontologia”. (TEMPELS, 2016, p. 38).

Com isso, Tempels propôs uma direção pela qual podemos seguir a fim de compreender os Bantu no seu aspecto fundante, neste caso, a sua metafísica. A compreensão disso certamente enriquece nossas afirmações sobre aquilo que temos como fato em relação ao povo em questão. Nisso, estaremos menos susceptíveis a cair nas afirmações equivocadas.

Com efeito, em razão de explicações distorcidas com relação ao aspeto ontológico Bantu, cumpre-se afirmar que a noção da força vital pressupõe um todo dinâmico, ou seja, a força não é imutável, portanto, constante. (TEMPELS, 2016).

Em face de uma postura ideológica tendenciosa pela a qual se atribui característica inferior a um grupo de indivíduos em detrimento dos outros, visa, sem dúvida, a exclusão desses indivíduos da espécie humana e acaba por instituir um desequilíbrio entre as forças, (TEMPELS, 2016). Seguindo a mesma linha do pensamento, é possível afirmar que, toda categorização ou a hierarquização tendenciosa, ou seja, sem a base legal na qual se baseia, visa, efetivamente, a discriminação racial. Esse comportamento discriminatório pode ser visto nas nossas relações quotidianas entre pessoas de cor de pele diferente, branca e negra, por exemplo, pois a discriminação racial tem por base o preconceito mal concebido por uma determinada raça contra outra, seja ela branca, negra ou amarela.

Com efeito, o procedimento discriminatório cria desequilíbrio nas forças vitais. Algo nefasto! Isto é, por carregar menosprezo ou negação da humanidade do outro como tal. Nisso, é possível ver a perpetuação do pensamento egocêntrico, o qual precisa ser combatido para que haja o equilíbrio. Conforme o mesmo autor, “a felicidade suprema, a única forma de felicidade é para o Bantu a posse da maior força vital: a pior adversidade e, na verdade, o único sinal de infelicidade é, para ele a diminuição deste poder.” (TEMPELS, 2016, p. 47). Em consonância com o autor, a boa vida de quaisquer espécies animais ou humanas gira em torno do progresso, posto que, nenhuma dessas espécies, em particular, a humana nasce logo falando, exercendo certas atividades etc... Ao contrário, o indivíduo, por ordem biológica, precisa ou é condicionado a passar por diferentes etapas que asseguram o seu desenvolvimento, neste caso, o fisiológico, o psicológico e o intelectual.

Diante de um campo maior de vivência, (de nascença à morte) no qual reside toda a conduta humana e, em que, na perspectiva analítica, em termos de conduta humana, vê-se que todos os ocorridos durante o percurso da vida, marcam, em grande medida, a vida do homem em geral, Bantu em especial. Assim, o percurso humano já não pode ser entendido sem, no entanto, considerar primeiro, as diferentes etapas percorridas, desde a nascença à morte e momentos por ele vivido que, de alguma maneira, justificam o seu ser. E, importa salientar que essas etapas são marcadas pelo caráter dinâmico e não estático.

Assim, o viver como um ato de produzir e reproduzir, é quase impossível falar da vida sem levar em consideração diferentes fatores que, em grande medida, a define, por exemplo, o comportamento. Conclui-se que, os Bantu não estão fora desse campo dinâmico e, muito pelo contrário, o dinamismo é intrínseco ao filosofar dos Bantu. É evidente que não se pode falar da filosofia do povo Bantu com base na fixidez, pois, a vida é ativa, contendo momentos altos e baixos.

Em face dessa situação, a vivência humana é atrelada pelos opostos, positivo e negativo, superior e inferior e assim por diante. É importante enfatizar que os opostos aqui mencionados jamais são estruturados como os do Ocidente, nos quais se configuram a discriminação contra outras civilizações, ou melhor, contra outros modos de filosofar de outros povos fora do Ocidente. Tudo isso se faz sentir há muito tempo e, o tal fenômeno é bem visível na nossa sociedade (contemporânea). Entende-se que, na filosofia Bantu, é impossível explicar sua humanidade sem contar com a estrutura dicotômica. Com isso, queremos dizer que, essa dicotomia aqui apresentada, de modo geral, está ligada à estrutura do filosofar dos Bantu.

Neste sentido, não é mais por meio das meras definições preconcebidas que ela (dicotomia) é atribuída. Portanto, o uso da dicotomia é a forma pela qual permite-lhes

diferenciar e classificar uns aos outros, não pelos valores atribuíveis mediante boa afinidade entre eles (as), mas sim pelas ações que cada um (a) deles (as), executa (am), essas que nos remete aos valores conquistáveis durante a vida, a título de exemplo, aceitação do indivíduo pela comunidade como pessoa. Vale a pena evidenciar o que seria dicotomia na concepção filosófica Ocidental como também na dos Bantu.

Na perspectiva filosófica Ocidental, a dicotomia consiste, por exemplo, na separação de dois campos distintos, um governado pela razão ao passo que o outro pela emoção o que desemboca em hierarquias injustas, por exemplo, atribuir ao branco a qualidade do sujeito pensante, e aos demais como os objetos a ser pensados, portanto, considera-se essas atribuições desnecessárias. Ou melhor, há um isolamento total entre diferentes seres existentes, tendo como exemplo, humano e não-humano. Enquanto que na compreensão Bantu, a dicotomia expressa-se nas diferentes forças vitais (seres) interligadas entre as quais temos: humana e não-humana. Essas forças vitais são iguais? Não! Há superior e inferior, porém todas elas têm relação interdependente e, portanto, interconectadas.

Sabe-se que a decadência de qualquer valor humano advém de diferentes fatores, ou melhor, tem a sua causa, sendo que na perspectiva Bantu sobre o mesmo assunto, de acordo com Tempels (2016, p. 47) “toda a doença, ferida ou contrariedade, todo o sofrimento, depressão ou fadiga, toda a injustiça ou todo o fracasso. Tudo isto é considerado e designado pelo Bantu como uma diminuição da força vital”. Visto sob este ângulo, é indispensável uma unidade que garanta, de forma segura, a reciprocidade em termos de relação entre as forças atuantes que é para assegurar a coesão entre elas.

Conforme Tempels (2016), o grau máximo, ou seja, o maior fato, no qual o homem se baseia é conhecido como fato intangível, nesse caso, a força vital. Seguindo a mesma lógica, e além de ser uma base na qual o homem se assenta, mas também, ela é uma fonte da energia da qual o homem pode beber da sua água para aumentar a sua vitalidade. Nisso, importa dizer que essa fonte não é uma mera fonte, mas sim, é daquela existente, ou seja, ela é um campo de interação entre seres humanos e não-humanas, por exemplo. Em defesa do mesmo ponto de vista, percebe-se que, para se afirmar a si mesmo, pressupõe a existência do outro, nesse caso os outros seres. Ou seja, a afirmação do sujeito como humano, pressupõe a existência do não-humano.

3.1.3 FORTALECIMENTO E ENFRAQUECIMENTO DAS FORÇAS E SUAS RELAÇÕES

Tempels (2016), afirma que na concepção Bantu, o ser é força, por assim definida, temos diferentes forças. Com efeito, todas as forças são caracterizadas pelo o princípio de fortalecimento ou enfraquecimento de forças. Toda força é suscetível a ganhar ou perder a força, na medida em que as duas forças se encontram em jogo. Em síntese, não há força que consegue permanecer exatamente como está, portanto, todas forças são mutáveis.

Evidentemente, que o mundo das forças é marcado pelos movimentos leves, intensos e extensos que acabam por gerar as interferências nos campos de outros viventes, sejam elas feitas de forma consciente ou inconscientemente. Sendo que as dinâmicas ocorridas no cosmo são resultantes, de certo modo, do comportamento das entidades constituintes do mesmo mundo. Neste caso, pode-se afirmar que, as relações entre o homem, animal, plantas, e seres inanimados estão marcadas por um fluxo de mutações que ocorre de uma forma relacional, ou melhor, esse fluxo é intrínseco a todos os existentes acima mencionados.

Ainda em conformidade com Tempels (2016), a relação é intermediada pela força vital, ela não é um ato suspenso, mas sim, ela deriva de duas entidades distintas superiores e inferiores que, de certa maneira, as superiores influenciam bastante as inferiores. Essas influências podem ser exercidas diretamente por Deus, espírito, defunto que são entidades superiores, que, atuam sobre os seres viventes.

Portanto, não há como proceder qualquer ação dentro de um cosmo limitado por linhas inter cruzadas e interrelacionadas sem interferir no “mundo” dos “outros”. Em razão disso, é possível acreditar que, cada um dos seres supracitados no parágrafo anterior possui seu valor neste universo constituído por multiplicidade de espécies. Contudo, elas têm valores, mas não são iguais em termos de potência, em outras palavras, as mais potentes exercem influência sobre as menos potentes.

Sendo assim, a reativação ou o aumento da força vital obedece a certa ordem, assim,

Pela lei divina, o mais velho de um agrupamento ou de um clã é, para os Bantu, a cadeia de reforço da vida ligando os antepassados à sua descendência. É ele que “reforça” a vida das pessoas e de todas as forças inferiores, forças animais, vegetais ou inorgânicas que existem, crescem ou vivem o seu fundo para o benefício das suas gentes. (TEMPELS, 2016, p.58).

A final de contas, essas mutações de forças são benéficas a toda espécie, sem distinção, quando feitas de boa forma, posto que as mudanças são uma das bases que determinam o cosmo, pois, o existir e o viver pressupõem a ideia de mutação.

Na concepção dos Bantu, todos os gêneros existentes no mundo possuem uma essência particular conforme sua espécie, através da qual podem ser definidos. Portanto, as formas pelas quais se definem são múltiplas, mas não são misturadas, ou melhor, as forças contidas por cada entidade denominada viva, são totalmente distintas de uma espécie para outra. Isto quer dizer que, a cada quadro de linhagem possui uma força exclusiva diferentemente da outra linhagem, da do ser vegetal e da do inanimado, por exemplo. (TEMPELS, 2016).

Então, o fato de as forças ou entidades em geral serem diferentes em si, permite-nos distingui-los uma da outra, segundo o critério de valores que os determinam. Na concepção filosófica dos Bantu, é possível o aumento ou a diminuição da energia vital em função de reciprocidade entre diferentes seres, humana e vegetal, por exemplo. Em outras palavras, não há sequer um ser isolado em si mesmo, porque há um só cosmo partilhado por todos seres.

Vista da mesma maneira, entende-se que essa relação de força não só ocupa dos fatos concretos, ou tácteis, mas sim, ela ocupa dos fatos abstratos que, seguramente, configura a ontologia do ser. Por outro lado, acredita-se que, a relação que assegura essa dinâmica de reciprocidade não é algo de curto prazo, e, muito menos existe um limite máximo no qual uma pessoa deve chegar e ser isenta dessa relação a ponto de tornar-se independente, ou seja, a boa relação é que potencializa o ser, sem ela, o ser fracassa

Com efeito, essa reciprocidade ilustra, com certeza, uma interdependência entre os seres, na qual a capacidade de se afirmar o “eu” depende plenamente da existência do “outro.” Isto porque a plenitude da vida dos Bantu é mediada por um conjunto de fluxos relacionais que se perpassam por diferentes etapas da vida, nas quais se configuram linhas de relações necessárias, em que cada ser é obrigado a estar atento às suas ações que é para não criar o desequilíbrio que implicará na perda do caráter vital, o que é indispensável nessa visão filosófica. Evidentemente, cumpre-se afirmar que, no universo Bantu, todos os seres possuem valores em si e, de certo modo, os mesmos estão interligados, pois a noção da interligação remete-nos ao um certo equilíbrio cósmico entre todas espécies existentes.

3.1.4 HIERARQUIA DAS FORÇAS

A final das contas, é possível falar do ser supremo a todos os demais? Com certeza há, segundo Tempels (2016), visto que, na concepção filosófica dos Bantu, a entidade chamada Deus é responsável pela criação dos demais seres, ressaltando, o Deus aqui mencionado não é exatamente o mesmo mencionado pelas outras filosofias que diferem da dos Bantu. Dito de outra forma, há pontos convergentes e divergentes entre as filosofias ora mencionadas.

Obviamente, tanto na filosofia Ocidental quanto Bantu, a título de exemplo, a ideia de Deus, em ambas filosofias, pressupõe a existência de uma entidade divina – criadora, se preferir, um Deus. Com efeito, na ontologia Bantu, o Deus é compreendido como uma entidade suprema, mas não transcendente, pois ele faz parte deste mundo, mas, o mais interessante para nós, não é a questão de semelhança de deuses ou não. É de compreender essas divindades sem submetê-las a um julgamento desconexo do ponto de vista estrutural da filosofia Bantu.

Dentro desse quadro de espécies de forças constata-se que, essas categorias estão, de alguma maneira, hierarquizadas de modo decrescente, ou seja, de superior para inferior. Eis essas categorias de forças: a divina, as celestes, as terrestres, as humanas, as dos animais, as dos vegetais e sem colocar de fora as chamadas forças materiais ou minerais. (TEMPELS, 2016).

Sob o mesmo ponto de vista, acredita-se na ideia através da qual se aponta para uma pluralidade de classes em que cada uma é, certamente, dotada e determinada pela sua força. Com efeito, toda entidade humana ou não-humana coexiste, isto é, a coexistência é inerente ao cosmo no qual todos seres, sem distinção, vivem. No entanto, o que não se deve fazer, é tentar exterminar o ser da mesma natureza, por exemplo, em razão de se querer viver luxuosamente, porque “a existência vinda de Deus não pode ser tirada à criatura por nenhuma outra força criada”. (TEMPELS, 2016, p. 55).

Em vista dos argumentos apresentados por Tempels, fica claro o convite de reconhecer e aceitar de forma total, a ideia segundo a qual se define o cosmos como uma auto-organização em potência, isto é, a diversidade. Caso não procedermos desse modo, desertificaremos o mundo, por outras palavras, poremos em perigo ou extinguiremos não só o meio ambiente, como também as nossas próprias vidas, ou seja, com certeza, por nossas ações matemos todos os não-humanos e a nós mesmos.

Com base no que acabamos de expor, a partir de Tempels, é possível, afirmar que, no universo Bantu, há uma harmonia equilibrada e interligação entre os seres, sobretudo entre os seres mortos e vivos. Além disso, a interligação se dá a partir de uma hierarquia entre os seres, como também há limites em termos de hierarquia dos seres. A interligação é vista como elemento fundante, ou seja, o cosmo é auto-organizado e, de certo modo, interligado, por isso, é fundamental preservar a interligação que se dá por meio relações entre seres existentes.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA BANTU/UBUNTU NA MESA DA CIVILIZAÇÃO HUMANA

A harmonia cósmica, pensada a partir da relação entre as culturas e as cosmovisões: a contribuição do ubuntu. Nesta parte de reflexão, temos como texto básico *A filosofia do ubuntu e ubuntu como uma filosofia* escrito por filósofo sul-africano, Mogobe Ramose⁵ é uma importante figura da filosofia africana contemporânea que se dedicou a estudar a filosofia ubuntu. Nesse sentido, para nossa pesquisa, lançamos mão à obra deste pensador – Ramose, com o intuito de compreender de que maneira o pensamento ubuntu pode contribuir para o reequilíbrio cósmico, sobretudo do ambiente. Antes de tratar aqui, novamente, a questão do meio ambiente, vamos abordar a questão da civilização e para tal, nos apoiaremos em Ramose.

Numa primeira análise, a noção de civilização deve ser considerada como um processo contínuo que envolve quase toda atividade humana, a contar desde a sua nascença até a morte. Compreendida dessa maneira, a ideia de civilização não é aquela que inferioriza uma determinada expressão cultural em detrimento de outra, mas sim, aquela que engloba diferentes atividades culturais dos mais diferentes povos no espaço e no tempo. Por isso, ela não deve ser entendida a partir de um padrão ou reduzida a um só modelo.

Dessa forma, não é nosso objetivo estabelecer um critério para definir o que é uma civilização, já que, com base no que acabamos de afirmar, esta última deve ser pensada a partir de diferentes aspectos que caracterizam as culturas (saberes, modos de vida, expressões artísticas, artefatos técnicos, crenças religiosas, concepções de mundo, etc.). Buscamos, ao menos, contribuir para reduzir, se possível, relações e estruturas, simbólicas e sociais, de poder que hierarquizam as civilizações. Essas tentativas de hierarquização nos parecem equivocadas, na medida em que levaram e levam, muitas vezes, alguns estudiosos, sobretudo ocidentais, a conclusões apressadas e inconsistentes sobre a realidade ou civilização africana, entre outras⁶.

⁵ Mogobe Bernard Ramose é professor de filosofia da Universidade da África do Sul – Unisa e diretor do Centro de Aprendizagem Regional da Unisa, em Adis Abeba, na Etiópia. Doutor em filosofia pela Katholieke Universiteit Leuven, da Bélgica, desenvolve sua pesquisa nos campos da filosofia africana e da filosofia da política, direito e relações internacionais. Trabalhou na Universidade do Zimbábue e de Venda, na África, assim como na Tilburgh University, na Holanda. É autor, dentre outros, de *African philosophy through ubuntu* (Mond Books, 1999). Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobe-ramose>. Acesso em: 04 ag. 2021.

⁶ Para saber mais sobre a questão do evolucionismo e da filosofia africana ver Severino Elias Ngoenha, segundo ele, “o evolucionismo classificando as sociedades segundo o seu grau de desenvolvimento técnico, confirmou a visão etnocentrista da elite ocidental e facilitou o colonialismo. Os evolucionistas punham particularmente a tônica sobre a unidade do gênero humano. Eles consideravam as diferenças entre as sociedades e entre as culturas puramente conjecturais. (NGOENHA, 1993, p. 53)”. Em relação à filosofia africana, o mesmo autor afirma o seguinte: “partindo de dados etnográficos, e servindo-se da filosofia escolástica como modelo, o missionário belga

Com efeito, há várias possibilidades de se afirmar ou defini-la, já que ela é entendida como "uma" entre outras e não como "a" civilização. Dentro das concepções clássicas na Antropologia, temos a definição de (TYLOR, 1865 *apud* CASTRO, 2005, p. 8), que a “cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade.”.

No entanto, as concepções evolucionistas, das quais fazia parte o próprio Tylor, estabeleciam hierarquias entre as civilizações, pois, para essa corrente de pensamento, não há vestígios da civilização quando se trata, dos Bantu, por exemplo. Desse modo, a partir da definição da civilização por Tylor, compreende-se que ela pode ser, caracterizada, por um lado, intrínseca, e por outro, extrínseca ao ser humano, sem distinção entre branco, negro, ameríndio, por exemplo. Por outros termos, a noção da civilização, ao menos, envolve duas dimensões: primeira, remete a ideia de permanência, ou seja, ela se caracteriza por algo fundamental, pois podemos ver ao longo do tempo, numa determinada cultura, as transformações, mas há algo de profundo (cosmovisão) que não se altera ao longo do tempo, segunda, ela evolui o caráter dinâmico, ou seja, há, de certa maneira, através de diferentes culturas, influências de uma cultura a outra, há também transformações que podem advir da dominação de um determinado povo pelo outro. Assim, a civilização compreende a um complexo organizacional ou um modo de viver de cada povo.

Com efeito, buscamos definir a civilização dessa maneira, porque, a nosso ver, oferece subsídio para pensa-la não mais como algo exclusivo a um determinado povo, mas ela é comum a todos povos, ou seja, cada povo tem a sua própria civilização distinta da do outro. Em outras palavras, propomos aqui uma ideia de civilização que não suscite a desigualdade entre as culturas, mas que seja capaz de andar na direção de um universo em equilíbrio, onde não há sobreposição entre as civilizações, em que toda civilização tenha o mesmo peso. É nesse sentido que a filosofia ubuntu pode ser vista com uma contribuição para pensarmos a crise do meio ambiente hoje. Com efeito, a partir do Ramose e Le Grange podemos ver que a filosofia do ubuntu contribui para melhor pensar as nossas relações inter-humanas como também, com os não-humanos.

tenta elaborar uma filosofia sistemática do homem negro. A sua tese principal é que o comportamento do Bantu deve ser compreendido como um comportamento racional, que se apoia sobre um sistema de pensamento coerente. Isto levou-o a afirmar que o negro é plenamente homem, e que o grande pecado do colonizador foi tê-lo reduzido à dimensão de criança ou de um semi-homem, de pensar que ele era inferior, e de tratá-lo como tal”. NGOENHA, 1993, p. 81).

Assim, neste momento da exposição, propomos pensar a civilização a partir da concepção ramosiana, da verdade, ou melhor, a civilização assim como a verdade para Ramose, ela também deve ser pensada como algo que está em permanente processo de construção. Por outras palavras, não há um modelo da civilização, bem como não há um padrão da verdade, devido a isso, a civilização é capaz de expressar as demais diferentes realidades, sociais e culturais, no espaço e no tempo. Qualquer atribuição mal adequada que tem como cunho caracterizar a diversidade humana a partir da lógica que se atribui o caráter inferior a um grupo de indivíduos, em detrimento dos outros, visa, sem dúvida, a exclusão desses indivíduos da esfera humana. Por outras palavras, em toda categorização ou a hierarquização tendenciosa, sem a base legal na qual se baseia, visa a discriminação cultural. Portanto, devemos afastar dessa lógica, pois é com a mesma que se desfaz a estabilidade em termos de relações entre civilizações, e assim, colocando-a na zona de tensão conflitante, o que contribui na perpetuação do desequilíbrio entre civilizações ou culturas.

A verdade social nunca é cabal, mas é algo em constante construção. Ela é formada por indivíduos e suas relações, bem como por instituições, posto que não existe sequer uma sociedade que possa comprovar universalmente a autenticidade de percepções de realidades, pois o que se encara como realidade na sociedade Ocidental, pode não ser encarado como tal pela sociedade ameríndia, e vice-versa (RAMOSE, 1999). Desta senda, deduz-se que a verdade é algo derivado da construção convencional humana, em determinado espaço e tempo, e ainda continua a sê-la. A título de exemplo, a concepção do SER na filosofia Ocidental é bem diferente quando se trata do mesmo assunto na concepção Bantu, pois ter visão diferente da dos outros povos, não é necessariamente estar errado. Assim, em relação a verdade podemos também pensar na concepção Ramosiana da verdade, como já foi sinalizada anteriormente, Ramose (1999, p.10) afirma que [...] “a verdade é, simultaneamente, participativa e interativa. É percepção ativa, contínua e sagaz que leva à ação. Como tal, é distintamente relativa e não absoluta”.

De modo efetivo, percebe-se que qualquer tentativa, por menor que seja, de reduzir a verdade apenas a um aspeto sólido e inalterável, é negar a real condição da existência. Em outros termos, é fechar portas as possíveis verdades, portanto, é colocar em causa a beleza cósmica (diversidade). Assim, ao colocar a diversidade em risco, esgota-se a vontade de preservá-la e, esgotando a tal vontade, nasce uma das mais perversas paixões humanas: o sentimento egocêntrico. Essa que tem como o desdobramento: o não aceitar o “outro” como tal (a realidade ou condição negra e ameríndia), por exemplo, e, outros comportamentos afins que apenas visam a desarmonização da Natureza no seu sentido pleno.

Dentro do complexo abrigo que nós chamamos de cosmos, no qual contém diferentes seres que o formam, como humano e não-humano, nota-se que a atuação humana sobretudo no meio ambiente, deu a condição para a nascença da crise de relação, portanto, o desequilíbrio cósmico. Em virtude disso, percebe-se que, houve, há e haverá uma luta árdua e contínua com objetivo de atenuar ou repor a ordem cósmica, por meio de cultivo de relação equilibrada entre a esfera humana e a não-humana. Pois, a relação entre diferentes seres/esferas acima mencionados, pode ser entendida como uma árvore constituída de raiz tronca ramos, sendo que essas partes são fundantes para assegurar a sua existência.

Partindo desta lógica, vimos que, para termos uma árvore completa, é necessário ter todas as suas partes constituintes que jamais viverão separadas, posto que na ausência parcial ou total de uma parte, repercutirá negativamente nas outras partes, dada as suas conexões necessárias pelas quais a harmonia é garantida. Logo, é indispensável pensar no equilíbrio, sem antes levar em conta todo um conjunto de seres que estão ligados intrinsecamente e, conseqüentemente, reconhecer a cada ser como indispensável na formação do conjunto em que cada componente desempenha sua função, e a soma das funções cria equilíbrio, assim é a filosofia ubuntu: uma filosofia que é alicerçada na unicidade das partes e não na fragmentação verbal das mesmas partes, sem critérios lógicos e, que muitas vezes conduziu o homem ocidental ao caos. (RAMOSE, 1999). Com base no que foi exposto, podemos agora afirmar que o reequilíbrio ambiental pressupõe um todo cuidado por parte do indivíduo em termos de lidar com seus semelhantes e com outras partes que formam o universo.

Segundo Ramose (1999), a filosofia ubuntu assenta-se em três aspectos principais distintos em partes que, de certa maneira, são unidos entre si, o que ele chama de concepção onto-triadica ubuntu de ser. Primeiro, os mortos-viventes, segundo os vivos e por último os vir-a-ser. Com efeito, a harmonia cósmica depende de três tipos de existentes (mortos-vivente, os vivos e o movimento do vir-a-ser). Assim, os ubuntu preocupam-se com essas relações entre seres acima citados, dado que é através deles que se faz uma vida boa. Ainda nesse escopo, o autor afirma o seguinte:

Na filosofia *ubuntu*, um ser humano no mundo dos vivos deve ser um *umuntu*, com intenção de dar uma resposta ao desafio da instabilidade fundamental do ser. *Umuntu* não pode atingir *ubuntu* sem a intervenção dos mortos-viventes. O morto-vivente é importante para a manutenção e proteção da família dos vivos. Isto também é verdade em relação à comunidade em geral. Por esta razão, é imperativo que o líder da comunidade, juntamente com os anciãos da comunidade, deve ter boas relações com os seus mortos-viventes. Isto diz respeito da a compreensão *ubuntu* da harmonia cósmica. (RAMOSE, 1999, p.11).

Em virtude disso, compreende-se que de certa forma, há impossibilidade para um ser vivente constituir-se e viver por si só sem que haja uma conexão com o outro ser, neste caso os ancestrais, seja de forma direta ou indireta. Portanto, é tão pertinente conhecer e reconhecer a esfera humana a partir da relação que se dá entre seres vivos e não vivos, afinal há uma certa ligação entre esses seres. O que nos permite afirmar que há interligação entre os mundos dos mortos, se preferir os ancestrais, e dos vivos. Destarte, a ideia da harmonia pressupõe uma interação ativa e constitutiva entre os diferentes seres e, não só um ser (humano vivo) que se pretende dar respostas ou propor soluções sobre um problema no qual ele apenas representa uma parte. Mas é preciso andar de mãos dadas considerando os outros seres como fundamentais, pois, entende-se que é com base nessa teia de interdependência que se faz o equilíbrio.

Diante disso, faz-se necessário retomarmos a questão da ecologia rizomática – ligada à ação ética do comportamento humano, discutida no capítulo anterior. Na verdade, toda a ação ética da conduta humana, a partir da ecologia rizomática, deve levar em conta a harmonia cósmica, e deve levar, por sua vez, em conta, também a dimensão triádica do ser, essa é a contribuição da filosofia ubuntu para a estabilidade de relações cósmicas.

Com efeito, em relação à harmonia cósmica podemos também pensar na exposição do Tempels sobre a filosofia Bantu, como já foi sinalizada anteriormente, que parte da concepção de que todos os seres do universo possuem a sua força vital própria: humana, animal vegetal, ou inanimado. “Cada ser foi dotado por Deus de certa força, susceptível de reforçar a energia vital do ser mais forte da criação: o homem”. (TEMPELS, p. 47). Diante disso, entende-se que na perspectiva Bantu o universo é formado por uma imensa diversidade de seres, pois, o equilíbrio cósmico depende muito de um processo dinâmico entre as forças que o compõem, ser humano e não-humano.

Essa harmonia da qual falamos é comprometida em face das grandes crises econômicas e ambientais que abalam o mundo hoje na sua maior parte. Por essa razão, podemos ver que a maior parte das referidas crises são oriundas de atuação humana sobre o conjunto das demais forças que formam o cosmo, neste caso, a Natureza. Visto que essa atuação pode situar-se num espaço tão restrito, mas seus efeitos irão além fronteira. A poluição atmosférica causada pelos países industrializados, como a China e os EUA, acaba por atingir diferentes pontos geográficos que se localizam distantemente de onde se origina: aquecimento global, a seca a fome etc...

Em razão disso, ao invés de criarmos as barreiras com base na desagregação entre nós e não-humanos que não nos ajuda em nada, o ideal é tornar visível todos os elos invisibilizados que, com certeza, nos conecta com os demais seres. Criando assim, relação plena e viva, capaz de suscitar em nós uma reciprocidade cósmica que engloba todas as espécies. Ou seja, uma relação que se materialize em constante movimento. Assim:

A lógica do *ubu-ntu* é distintamente reomodal⁷ em sua natureza. Isto é a lógica da e para a preservação do ser como uma unicidade. Desta feita, é contra a fragmentação do ser através da linguagem. A natureza reomodal do *ubu-ntu* sustenta uma ampla reconhecida visão de um universo que é holístico. Aqui é preciso ser enfatizado que a correção desta visão pode ser realçada descartando hol-ismo assim como a definição ou descrição da visão filosófica africana do universo. (Ramos, 1999, p.7).

Dessa forma, o bem agir perante os fenômenos que nos rodeiam, com certeza, requer um posicionamento ativo e coerente a si mesmo. Isto quer dizer que, a reação do homem sobre qualquer fato, ou coisa parecida, em qualquer circunstância, deve ser feita com base nos princípios que guiam a sua boa conduta.

Em razão disso, eis os princípios que propomos, a partir da leitura feita acima, em que nós apoiamos em Tempels e Ramos: a racionalidade, a compreensão, reconhecimento e a prática reflexiva, sendo que, através dos quais o homem poder ser guiado à luz da verdade, pelo cosmos, enquanto fenômeno. E, posteriormente ele será capaz de construir uma base sólida e consistente para explicação das relações recíprocas dentro de uma totalidade que é o mundo.

Em conformidade com Ramos, lê o seguinte:

Ubuntu é a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre *ubuntu*. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano deriva do *ubuntu* com o qual é conectado indivisivelmente. *Ubuntu* é, então, como uma fonte fluindo ontologia e epistemologia africana. Se estas últimas forem as bases da filosofia, então a filosofia africana pode ser estabelecida em e através do *ubuntu* (RAMOS, p.1, 1999).

Assim, Ubuntu vista desta maneira, propõe uma análise a partir da qual é identificável no princípio gerador de uma filosofia. Além disso, dado que uma árvore sempre é sustentada pelas raízes e não pelos ramos e pelas folhas. Não queremos aqui dizer que as

⁷ A expressão reomodal, no contexto filosófico africano, é uma lógica segundo a qual não há verdade fixa ou cabal. Em outras palavras, o cosmo se caracteriza pela inconstância ou “mutabilidade” (RAMOS, 1999, p.7).

últimas partes constituintes de uma árvore não tenham importância, mas sim, dizer que são partes do desdobramento dela, ou seja, todos esses elementos acima referidos fazem parte de um todo que é a árvore. Porém, os ramos as folhas etc... são partes secundárias e não principal, pois, a existência das demais partes da árvore, pressupõe uma base sólida que neste caso é raiz, assim é a filosofia Ubuntu. Em face dessa situação, podemos afirmar que há uma relação de causa e efeito no que tange ao desenvolvimento de árvore tanto quanto, quando se fala da gênese da vida humana.

Deste modo, seria errado preocupar-se mais com os efeitos do que com as causas. Para sair dessa obscura realidade que tende a explicar os fenômenos a partir dos efeitos e não das causas, de fato, é preciso uma renúncia das realidades inconsistentes e aparentes, procurando assim, uma direção certa e segura em busca da consistência dos fatos ou coisas. Conclui-se que para a resolução de uma operação matemática, por exemplo, pressupõe saber de antemão as fórmulas que levam aos resultados coerentes à operação exata. Desta maneira, entende-se que o ato de bem conhecer ocorre mediante o processo natural, por assim dizer, e não o idealizado, pois a idealização carrega em si, muitas vezes, afirmações tendenciosas. O processo natural aqui mencionado refere-se à essência das entidades, se preferirmos, outros seres que nos diferem, ou seja, elas enquanto tais. Ao passo que, o idealizado é a forma pela que nós as vemos e as entendemos, ou melhor, nós tentamos percebê-las a partir de nós, o que muitas vezes nos conduz à formulação errada e a conclusões apressadas.

Com efeito, partindo de Ramose, percebe-se que, uma das melhores formas de compreender um fato, requer uma análise nítida e coesa sobre o mesmo, através do seu aspecto fundante –, gênese. Neste caso, o acento recai sobre a filosofia africana, ela como uma das maneiras possíveis de filosofar, essa que pode ser justificada pela procura da estabilidade a nível da relação inter-humana. A perspectiva Bantu/ubuntu, em torno de relações entre os seres, pode oferecer-nos uma pista em direção ao reequilíbrio tanto a nível de relação inter-humana quanto ambiental. Assim, Ramose descreve o seguinte:

Portanto, enquanto a visão ingênua prossegue, os africanos estão em uma busca da harmonia em todas as esferas da vida. A conclusão que Africanos estão persistentemente em busca de harmonia em todas as esferas da vida é um consenso mirado para estabelecer harmonia. Harmonia dá beleza e excelência à música. Ao postular a excelência como um alvo e para atualmente realizar é sempre um ato racional (RAMOSE, 1999, p.8,9).

Visto sob o mesmo ângulo, percebe-se que onde não há prevalência do espírito da união, em qualquer sociedade, dificilmente vai haver o cultivo e a preservação da harmonia

entre as pessoas. Por isso, devemos procurar afastar e ao mesmo tempo juntar-se aos nossos “EUS” no sentido de que, a afirmação do EU, em grande medida, pressupõe o outro com quem se compara. O afastar-se do EU implica dizer, não olhar a si mesmo como um referencial, mais sim como uma parte do mesmo. Ao passo que, a junção proposta resume-se em duas palavras que se fossem abreviadas, teríamos o mesmo sujeito em discussão. Neste caso, o EU que pode significar “estamos unidos”, até porque se não fosse possível a junção das células e demais outros compostos químico-físico, de maneira alguma, existiria a humanidade.

Na concepção filosófica africana, a dança é uma das partes pelas quais se cria uma relação harmônica entre os seres. É bem interessante, aqui esclarecer que a dança não se faz somente quanto a agitação do espírito. Por outras palavras, ela não é só um fruto do desencadeamento emocional passiva que, de algum modo, não tende só a satisfação emocional do/a dançarino/a ou dançante, mas sim, ela é ativa e bem patente, porque permite que haja uma interação afetiva entre esses e com os outros seres. Sob a mesma ordem de ideia, Ramose (1999) afirma que para os africanos, a música e a dança são como um dos caminhos pelos quais se trilha em direção a harmonia. Aqui, a dança pode ser entendida como uma reação do estado emocional como também o racional. Tudo o que visa ao bem coletivo é puramente racional, pois, criar e pensar algo positivamente são atos racionais. É por isso que os africanos estão constantemente movidos pela vontade e pelo espírito com o intuito de estabelecer a harmonia em todas as fases da vida possível.

Em face do assunto anteriormente apresentado, a pergunta que se faz é seguinte: será que a emoção é propriedade exclusiva dos africanos? Com certeza ela não é. Mas ela é um estado indispensável na vida de qualquer ser humano, seja ele branco, negro etc. No universo africano a música é algo inerente a harmonia. Em conformidade com Ramose (1999, p. 9), a concepção filosófica africana do universo como uma harmonia musical não pode deixar de ser a maneira pela qual se expressa a razão através da emoção. Destarte, a música e o dançar africano jamais podem ser reduzidos a uma emoção apenas. Mas devem ser compreendidos nas suas dimensões maiores. O mesmo autor afirma o seguinte:

Para os africanos, o convite para a música do ser é irrecusável desde que entendido como imperativo epistemo-ontológico. De fato, no Norte de Sotho, por exemplo, em uma das línguas bantas, fala-se que *Kosaga e theeletswe o e duletse* (sentado você não pode ouvir a música). Esta entrelinha das atitudes e reações africanas voltadas à dança do ser como uma imperativa ontológica e epistemológica está em sintonia. Dançar junto com o ser é estar em sintonia. (RAMOSE, 1999, p.8).

Vista desta maneira, a dança é um dos fatos que estão na base ontológica dos ubuntu, pois é através dela que os indivíduos, de certa maneira, exprimem a sua essência. Por outro lado, a ausência dela faz uma falha na relação entre os seres. E, a falha pode gerar comportamentos desagradáveis no que concerne ao equilíbrio.

Nesse momento de nossa investigação, propomos pensar a harmonia cósmica pensada a partir da relação entre os seres: a contribuição do ubuntu para uma ecologia rizomática. Em relação a problemática da mudança ou da crise ambiental, buscaremos mobilizar a contribuição do Lesley Le Grange⁸ que publicou várias obras dentre as quais destacamos uma: *Ubuntu/botho como uma ecofilosofia e ecosofia*, posto que é sobre a qual que poiremos a nossa reflexão. Com efeito, Le Grange, no texto citado, interessa pela a questão da crise ambiental procurando assim mobilizar a filosofia ubuntu para pensar as possíveis saídas para superas a crise ambiental sobretudo na esfera da filosofia africana. Além disso, Le Grange é um dos pensadores que buscou pensar a questão ecológica a partir da filosofia do ubuntu, segundo ele, deve levar em conta não só a dimensão humana, como também a dimensão não-humanas incorporando as nossas relações com os demais seres, os animais, plantas, rios, animais etc.

Efetivamente, Le Grange (2015) afirma que o ser humano deve aprender o conceito expressivo (a filosofia ubuntu⁹) que não só se expressa pela linguagem, mas contem aplicações práticas e reflexos positivos tanto no hoje quanto no futuro, logo ela é racional. Ou seja, uma pessoa carente deste saber (filosofia ubuntu), é equivalente a um autocarro desgovernado sem rumo, que sai atropelando tudo o que estiver diante dele, e, conseqüentemente destruir-se a si

⁸Lesley Le Grange é Professor Distinto da Faculdade de Educação da Universidade Stellenbosch, África do Sul. Ele é ex-presidente do Departamento de Estudos do Currículo e ex-Vice-Reitor (Pesquisa) da Faculdade de Educação da Universidade Stellenbosch. Lesley ensina e pesquisa nas áreas de educação ambiental, metodologia de pesquisa, educação científica, currículo e avaliação. Ele tem 178 publicações em seu crédito e atua em conselhos editoriais de sete periódicos revisados por pares. Ele é membro do Comitê de Credenciamento do Conselho de Educação Superior da África do Sul e vice-presidente da Associação Internacional para o Avanço dos Estudos Curriculares (IAACS). Em 2015, Lesley foi eleito Fellow da Royal Society of Biology do Reino Unido. Lesley é um cientista social classificado na África do Sul e recebeu vários prêmios e prêmios da Universidade Stellenbosch e nacionais Disponível em: <https://theconversation.com/profiles/lesley-le-grange-281833>. Acesso em: 04 ag. 2021. Ttradução nossa.

⁹Conforme Le Grange, (2015, p,8) o *Ubuntu/Botho*1 é um conceito derivado de provérbios (aforismos) encontrados em diversas línguas ao sul do Saara. Contudo, não é apenas um conceito linguístico, mas uma conotação normativa que incorpora como nós deveríamos nos relacionar com o outro – qual é a nossa obrigação moral para com o outro (tanto humanos quanto não-humanos). *Ubuntu* compreende um dos elementos centrais de um ser humano.

mesmo. Para evitar de caos derivado do desnordeio, é preciso haver um princípio ético moral capaz de nortear nossas ações em qualquer circunstância.

Além disso, o mesmo autor, sugere que nós adequemos ao um saber prático que nada mais do que é aprender/praticar o modo filosófico do ubuntu, este que compreende justamente o saber relacionar com o outro. Atenção! O outro aqui mencionado não se limita apenas na relação entre os seres da mesma espécie, mas sim, envolve todos seres existentes, que são humanos, animais, plantas etc. (LE GRANGE, 2015).

Com efeito, Le Grange (2015) defende a ideia segundo a qual o transformar-se num ubuntu implica ligações precisas e indispensáveis com demais espécies não-humanas. Com isso, percebe-se que não há como viver de forma solitária. Portanto, se assim é que as coisas funcionam como podemos delimitar e definir com precisão as possíveis fronteiras que nos separam de não- humanos sem nunca cairmos no grande equívoco? É necessário conhecer e reconhecer as relações e conexões existentes que nos une com os não-humanos, essas que, em grande medida, são determinadas pela natureza cósmica enquanto um fenômeno natural e, que se forma e se constitui através de múltiplas espécies.

É evidente que há necessidade de o homem procurar, no mínimo, livrar-se da postura que demasiadamente centralizada no “eu”, pois essa postura acaba por distancia-lo do real e, conduz-lhe à uma realidade aparente. Por outras palavras, é preciso conciliar as necessidades individuais com as coletivas, caso contrário, prejudica os fins coletivos, como por exemplo, a má gestão dos recursos naturais que deram origem a diferentes catástrofes testemunhadas pela humanidade até a atualidade. Segundo Le Grange (2015), não há como separar a vida humana da vida ecológica, posto que as duas sustentam-se. Razão pela qual cuidar do planeta deve fazer parte das nossas elevadas ações positivas.

Com isso, o mesmo autor, convida-nos a refletir sobre nossas ações, ou melhor, o modo pelo qual nós agimos contra o espaço ecológico, sendo que o nosso agir negativo sobre o mesmo, acarreta/rá, sim, consequências negativas, como a falta da chuva, por exemplo. Ao invés de pontuarmos num só aspecto como se fosse o único, seria útil partirmos de ponto de partida em busca de possíveis destinos. O ponto de partida, nesse caso, é justamente a causa da crise ambiental que se vive. Ou seja, antes de nos preocuparmos com os efeitos, melhor é preocuparmos com as causas de onde derivam as consequências do desequilíbrio cósmico em geral, e ambiental, em parte.

Le Grange (2015) acredita que para compreender *ukuma (ubuntu e botho)* como uma ecofilosofia/ecosofia é necessária traçar duas linhas distintas, através das quais nos permite saber das contribuições que a filosofia *ubuntu* ofereceu ou tem a oferecer a toda comunidade

seja animal, humana e ambiental. Em primeiro lugar, acredita-se na crença segundo a qual a sociedade moral depende exclusivamente das três gerações que são as que já foram, as que estão a viver e as que virão. Em segundo, o mesmo autor defende que uma boa relação vai além daquilo que se faz entre as pessoas, mas também, ela envolve toda criatura, dado que a boa vivência está cercada de múltiplas influências dos fatores internos/externos ao homem, seja de forma direta ou indireta (LE GRANGE, 2015).

É óbvio que, todo o comportamento humano situa-se em algum tempo e em algum espaço determinado, porém, raramente se pode definir todo espaço pelo qual seus efeitos propagam, se esses efeitos forem bons ou não. Com certeza refletirão sobre qualquer comunidade de diferentes espécies que constituem o grande abrigo chamado cosmos. Com isto queremos afirmar que, nós seres, enquanto espécie criada, temos uma larga relação com outras espécies e, não só por partilharmos da mesma totalidade da existência, neste caso, o universo. Mas também por relações que nos aproximam, (toda criatura, seja considerada viva ou não, ou seja, sem distinção alguma). Essas relações pautadas no jogo das influências necessárias entre diferentes seres que compõem o cosmo.

Em razão disso, preferimos retomar ao conceito “pluriverso,” o termo pluriverso abarca dezenas, senão centenas de cosmologias, em que cada povo tenta explicar o cosmo com base na sua compreensão e percepção de fenômenos naturais e espirituais, ou melhor, a partir de suas crenças e epistemologias sobre o mundo. Assim, para pensarmos uma ecologia rizomática, em termos de nossas relações com os demais seres, seja entre humanos, seja com os não vivos, rochas, portanto, toda matéria que compõe o mundo, é preciso, de fato, admitir que o equilíbrio cósmico depende também de uma harmonia entre as civilizações. Assim sendo, todas as civilizações são válidas e devem ser tidas como tais e, além disso, é necessário destacar o papel da linguagem no processo de criação de verdades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs refletir, a partir de concepções de diferentes tradições filosóficas –, da antiguidade à contemporaneidade, sobre a problemática ligada à relação inter-humana e do homem com a natureza ou meio ambiente, como bem enfatizamos no primeiro capítulo, que a noção do meio ambiente é contemporânea, portanto, atual. Mediante o nosso percurso da investigação, entendemos que a tradição ocidental, apesar de sua diversidade, tem

como principal característica o antropocentrismo, um dos fundamentos, embora não o único, da crise ambiental na atualidade. Assim, é possível ver que toda a reflexão em torno de natureza/meio ambiente, partindo da antiguidade à modernidade, tem um elemento em comum – a relação humana com a natureza. Com efeito, salientamos que o desequilíbrio cósmico se deu desde o momento no qual o ser humano começou a olhar para os não-humanos, sobretudo o meio ambiente, como uma simples fonte de riqueza, ou seja, quando esse passou a ser submetido a exploração abusiva, como o desmatamento florestal, por exemplo. Em razão disso, propõe-se que haja o desenvolvimento de uma profunda reflexão sobre o meio ambiente no qual vivemos e que, de qualquer forma, somos intrínsecos a ele.

Ao olhar para a conduta humana, em reação ao meio ambiente, percebe-se que há uma inversão de valores, o que nos permite dizer que a humanidade está de cabeça para baixo e os pés em cima. Ou seja, há hipervalorização do ter em detrimento do ser, tendo como um dos desdobramentos o hedonismo que, de fato, justifica a crescente exploração dos recursos naturais, sobretudo do meio ambiente, em nome do progresso científico. Diante da intensa vontade de explorar a natureza, entende-se que, de certo modo, o homem fica desprovido de razão analítica sobre quais decisões a tomar, estas capazes de garantir a sua longa sobrevivência, em parte, e do planeta em geral. Devido a isso, vê-se claramente a forte inclinação da ação humana contra outros seres, com o intuito de extrair deles, o máximo possível para sua sobrevivência luxuosa, o que é prejudicial ao equilíbrio cósmico, invés de extrair da natureza o necessário para a sua sobrevivência. O mais triste de tudo, é que muitas autoridades que dão ordem em termos de atuar na floresta, por exemplo, pensam pouco, senão quase nada sobre as consequências que resultam numa desarmonia total cósmica.

A desarmonia, em grande medida, advém, do pensar/olhar fixo sobre recursos naturais. Em outras palavras, esse pensar/olhar fixo, com certeza, tem por suportes, os seguintes: o desconhecimento e a ignorância sobre a fundamental importância que cada ser, seja humano ou não-humano, tem em relação ao equilíbrio cósmico. Em virtude do que foi mencionado, a humanidade, em geral, passa e passará, obrigatoriamente, a adaptar-se ao novo clima nunca antes já visto, o grande aquecimento global. Diante desse fenômeno agitador, amedrontador do espírito, pergunta-se, será que a humanidade terá condições necessárias para confrontá-lo face a face? Efetivamente, sim, desde que a humanidade aceite ser guiada pelo agir ético e, conseqüentemente, cultivar o equilíbrio a nível de relação do homem com o meio ambiente, caso contrário, o flagelo escapará do controle humano.

É verdade que a questão do comportamento humano com relação a outras espécies, tem marcado grandes debates no âmbito internacional, em que, pelas incapacidades de certos

homens agirem perante a natureza, acabou pondo em grande risco, a sua vida e de mais outras variedades existentes. Além disso, não é difícil reparar e tirar ilações precisas e consistentes perante a evolução da humanidade, no tempo e no espaço, sobretudo, na era moderna europeia, na qual se estabeleceu a dicotomia, colocando-a numa escala compreendida em duas vertentes. Em outras palavras, em dois pontos que, de uma maneira, estão colocados de forma linear. Em razão disso, considera-se que, há, de fato, uma distância bem grande entre os pontos, esses pontos compreendem-se o superior e o inferior, sendo que o superior é entendido como pertencente aos ocidentais europeus, enquanto que o inferior abarca toda parte fora do ocidente. Verifica-se que há um isolamento total dos outros seres vivos que não estão dentro daquilo que se chama “humanidade”, exemplos claros, os animais, as plantas etc... Pois o ser humano comporta-se como se fosse o cosmos foi feito só pelos e para os homens. Mas ele não o é! Com efeito, o cosmo jamais é a propriedade exclusiva do homem, mas sim, ele pertence a todas espécies existentes, sem exceção alguma.

Na mesma ordem de ideia, Tempels, (2016) afirma que não há como uma entidade (humana, não humana, animal e outras) agir neste universo movido e atrelado pelas forças diversas sem que esse movimento tenha interferido no campo das outras entidades, seja de forma direta ou indireta, pois o funcionamento do cosmo pode ser explicado a partir de uma teia de aranha, em que é impossível balançar uma malha sem agitar as outras.

Diante do jogo pensado e movido mais pelos interesses individuais, a partir de Ramose, admitimos que na tentativa de melhor compreender o cosmos, o homem o fragmentou e depois ficou sem linhas para tece-lo, então, é preciso fazer um (re) estudo, no que diz respeito as interações entre diversas sociedades humanas e não humanas, que compõem o cosmos. Ou seja, para encontrar o reequilíbrio cósmico, há necessidade de levar em conta duas dimensões: humanas e não-humanas, como sugere Le Grange, considerando que há uma relação interespecies, nesse caso, entre o homem e a natureza, em geral, em que cada uma espécie possui uma parte de fundamental importância para o equilíbrio do cosmo. Sob os fatos acima mencionados, dá para entender que o funcionamento normal do mundo depende exclusivamente de todas as partes constituintes do mesmo. Ou melhor, não há como o ser humano viver de uma forma solitária sem, no entanto, haver uma interação, seja ela direta ou indireta com os outros seres, humano, não humano, animal e outros afins.

Entretanto, o ser humano no meio ambiente em que ele está inserido, hoje em dia, está em constante procura do bem pessoal que, de alguma maneira, sobrepõe ao bem coletivo, é como se já não estivéssemos mais a compartilhar o mesmo cosmo, há um crescente isolamento em termos de relações entre nós e com relação às outras espécies ditas não humanas. Diante

das vigentes crises de relações, sobretudo entre a humanidade e a Natureza, pergunta-se: o que será da humanidade, em específico, e do planeta terra, em geral, daqui a 5 ou a 10 anos, caso não forem tomadas medidas adequadas em face da exploração abusiva dos recursos ambientais não renováveis.

É preciso que a humanidade crie condições para que haja saúde, tanto na esfera de relações humanas, quanto na do meio ambiente. Para isso, acreditamos que um dos caminhos, será a aplicação integral da ação ética baseada na ecologia rizomática. Com efeito, Ramose acredita que é preciso considerar que há, de certa forma, uma interdependência entre os seres, pois a capacidade de si afirmar o “eu” depende meramente do “outro.” Assim, a plenitude da vida dos indivíduos é mediada por um conjunto de fluxos relacionais que se perpassam por diferentes etapas da vida, nas quais configuram linhas de relações necessárias, em que cada ser é obrigado a estar atento às suas ações que é para não criar desequilíbrio, que implicará na perda do caráter vital do ser, o que é trágico para os ubuntu. Essa é uma das contribuições da filosofia ubuntu para a humanidade.

A complexidade e a vicissitude marcam o cosmos de forma bem visível. Em torno de tudo isso, o olhar humano sobre essas complexidades, dentro das quais, podemos retirar as nossas ilações e propor soluções para problemas vigentes, sobretudo da crise do meio ambiente. Em outros termos, de um lado, é necessário desenvolver mais e mais um espírito crítico, isto é, abrir mão de certa verdade e aceitar a coexistência ou a existência de verdades. Isso, possibilitará, em grande medida, a abertura em direção às verdades possíveis. Do outro lado, é preciso admitir que não há como falar do cosmos sem, no entanto, partir da ideia segundo a qual aceite e respeite a existência de multiplicidade de seres como algo fundante para o reequilíbrio de relações cósmicas. É preciso também admitir que a referida multiplicidade se estrutura na base das complexas e complexificadas relações mutáveis nas quais, há, sim, caminhos possíveis por onde devemos caminhar com o intuito de atenuar, senão reformular as nossas ideias egocêntricas, que, de modo geral, afundam ainda mais o desequilíbrio do cosmo.

Em consequência disso, é importante que nós desenvolvamos o espírito compreensivo e cooperativo e não mais o atributivo e mal aplicado a certos fenômenos onde estamos inseridos, do ponto de vista filosófico, isso requer um exame nítido e consistente das nossas certezas tangíveis ou não, sendo capaz de guiar-nos a uma verdade relativa e não absoluta. O absolutismo, sem dúvida alguma, criou/cria discrepâncias que hoje se materializou numa desarmonia quase total de relações cósmicas.

Em síntese, terminamos o presente estudo com uma grande bagagem em termos de conhecimento, em torno da problemática que envolve as crises de relações, nomeadamente,

inter-humana, e do homem com o meio ambiental. O que, de fato, ajuda-me muito na minha trajetória enquanto estudante, pois este trabalho proporcionou-me o acesso a outras concepções da natureza. Entretanto, apesar deste trabalho ser apresentado como concluído nesta etapa, ele abre vias preliminares para que eu possa aprofundar mais as questões tratadas nessa pesquisa, já na terminalidade, mais precisamente, no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNILAB.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, p. 103-119, 2010.

ARAÚJO, Íris Morais. CASTRO, Celso (org.). 2005. Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 6, 2005.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; DA SILVA, Carlos Antonio Pereira; DO AMARAL ESCOBAR, Carlos Vinicius. Ética ambiental: reflexões acerca da ação humana sobre a natureza. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 8, n. 3, p. 366-374, 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel (Org.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília: MEC-SECAD, 2009.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**/Danilo Marcondes. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 20001

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu. **Revista Educação em Debate, Fortaleza**, Ano 32, v.1, n 59, p.25-40, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de janeiro: Ed. 34, 1995 94 p. Vol 1 (Coleção TRANS).

DIAS, Lucas Seolin; MARQUES, Maurício Dias. Meio ambiente e a importância dos princípios ambientais. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 7, n. 5, 2011.

ECODEBATE. **O Mundo Segundo a Monsanto**. In: Youtube, 30 de jun 2012. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=y6leaqoN6Ys>. Acesso em: 02 set. 2020.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. — Campinas, SP: Papyrus, 1990.

LE GRANGE, Lesley. Ubuntu/Botho como uma ecofilosofia e ecosofia. Tradução para uso didático de LE GRANGE, Lesley. Ubuntu/Botho as Ecophilosophy and Ecosophy. **Journal of Human Ecology**, 49(3), 2015, p. 301-308., por Leonardo da Silva Barbosa.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Editora Vozes, 2019.

NGOENHA, Elias Severino. **Filosofia Africana: das independências às liberdades**. Maputo: Edições paulinas, 1993.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

RAMOSE, Mogobe Bernard: **“A importância vital do Nós”**. [entrevista concedida a] Moisés Stardelotto. Tradução: Luís Marcos Sander. IHU on-line, revista do Instituto Humanitas

Unisinos. Edição 353 | 06 Dez. 2010. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobe-ramose>. Acesso em: 04 ag. 2021.

REALE, G.; ANTISERI, D. História da Filosofia: antiguidade e idade média (vol. 1,).(I. Stoniolo, Trad). **São Paulo: Paulinas. (Originalmente publicado em 1975)**, 1990.

RIVAROLI, Ana Paula Dos Santos; ALBERNAZ, Roselaine Machado. A educação ambiental e a proposta Ecosófica: Uma micropolítica no cenário contemporâneo. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 173-189, maio/ago. 2017. E-ISSN 1517-1256.

SIVA, C. F. O humanismo perdido e a contribuição da cultura bantu. **Ensaio Filosóficos**, Volume -Julho/2017.

TEMPELS, R. P. Placide. Filosofia Bantu. Tradução de Amélia A. Mingas e Zavoni Ntongo. Luanda (Angola): Edições de Angola, Faculdade de Letras da UAN, 2016 (137 p.).

THE CONVERSATION. Lesley Le Grange. Distinguished Professor of Curriculum Studies, Stellenbosch University. [S.N.] Disponível em: <https://theconversation.com/profiles/lesley-le-grange-281833>. Acesso em: 04 ag. 2021.